

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios



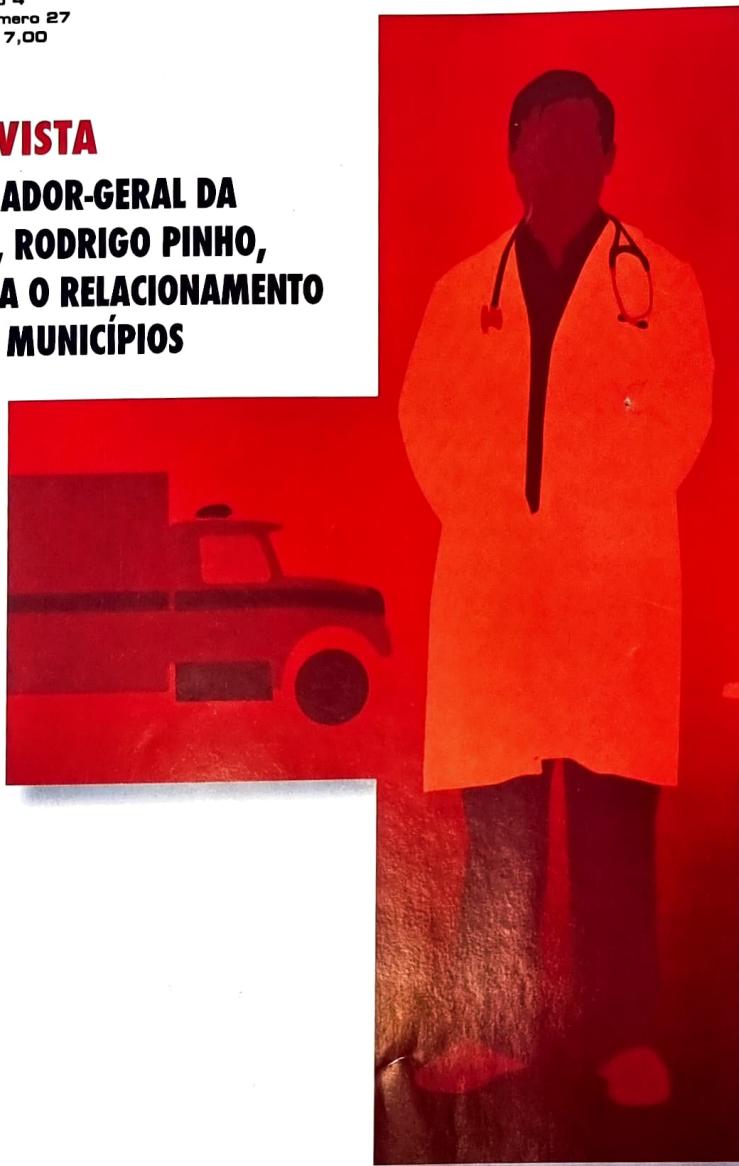
DE SÃO PAULO



Ano 4
Número 27
R\$ 7,00

ENTREVISTA

PROCURADOR-GERAL DA JUSTICA, RODRIGO PINHO, COMENTA O RELACIONAMENTO COM OS MUNICÍPIOS



INVESTIMENTO

PÓLOS INDUSTRIAS ATRAEM INTERESSE ESTRANGEIRO E MOVIMENTAM ECONOMIA LOCAL

EDUCAÇÃO

PREFEITURAS ADOTAM SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO E DIMINUDEM EVASÃO ESCOLAR

TERCEIRIZAÇÃO NA SAÚDE

Parcerias com universidades ou contratação de empresas de gestão hospitalar privadas melhoram a qualidade dos serviços prestados à população

A EDUCAÇÃO COM SEU DEVIDO VALOR.

© Sistema de Ensino Opet ajuda a construir um ambiente favorável à produção de saberes e à formação cidadã.

O cenário educacional brasileiro impõe aos gestores grandes desafios, voltada para a cidadania, condição necessária para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do município. Para dar conta desse desafio é preciso entender o que o mundo apresenta e que, certamente, farão diferentes.

aluno, independente de ele viver na cidade ou no interior rural, de ser portador ou não de necessidades especiais.

É nesse cenário, em que as responsabilidades da gestão pública aumentam significativamente, que a Editora Opet coloca à disposição dos gestores a sua experiência de 30 anos na área educacional. Os municípios que fazem uso de nossos serviços têm à sua disposição materiais didáticos que abordam a aprendizagem de conteúdos conceituais, mas também de conteúdos que levam o aluno a compreender as múltiplas relações sociais, culturais e ambientais presentes no mundo. O nosso material foi construído para atender as

necessidades tanto do aluno quanto da comunidade.

Além disso, disponibilizamos aos municípios uma equipe multidisciplinar de consultores, que

estimulam e dão suporte a todos os processos de implementação e uso do Sistema de Ensino.

grandes desafios, sendo um deles o de promover uma educação básica voltada para a cidadania, condição necessária para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do município. Para dar conta desse desafio é preciso entender o que o mundo apresenta e que, certamente, farão diferentes.

aluno, independente de ele viver na cidade ou no interior rural, de ser portador ou não de necessidades especiais.

SISTEMA DE ENSINO

As parcerias entre a Editora Opet e os municípios estão consolidadas por experiências que resultam na melhoria da qualidade de ensino. Em São José do Rio Pardo, a Feira do Livro (Feliso) realizada anualmente mobiliza escolas urbanas e rurais e toda a comunidade. Os conteúdos das coleções didáticos Opet, estimulam a leitura e a escrita, o estudo de temas e a produção de trabalhos que são apresentados na feira. "A cada ano, o tema escolhido promove a reflexão e estimula a cidadania, uma vez que a pesquisa e exposição dos trabalhos são os meios importantes de mediação entre a criança, a escola e o mundo", explica a diretora municipal de educação de São José do Rio Pardo.

COLEÇÃO CIDADANIA

A proposta pedagógica da Coleção Cidadania tem como foco o exercício da argumentação, da leitura crítica do mundo e do despertar para a curiosidade, que visam estimular o aluno a aprender a aprender. As unidades temáticas trabalhadas de forma transversal, em todos os níveis de ensino, permitem o trabalho de temas relativos à realidade local, regional e mundial e às possibilidades de ações futuras.

Além do material didático, os educadores recebem apoio personalizado por diferentes meios: livros do professor, consultoria, central de atendimento e internet. E também têm à sua disposição materiais de apoio como o CD de musicalização infantil, o projeto Cidadão Mirim e o site da Editora.

A nova Coleção Cidadania, adequada ao Ensino Fundamental de 9 anos, e a proposta pedagógica Opet são as diretrizes para a construção de uma sociedade preparada para enfrentar os desafios futuros, respeitando as características, necessidades e sonhos de cada cidadão.

A Editora Opet está atenta às necessidades de cada parceiro, uma vez que o Sistema de Ensino tem como diretriz a formação cidadã e reflete tendências mundiais adequadas à realidade regional. Com ele, é possível oferecer aos gestores, professores, alunos e pais do seu município a confiança necessária para estabelecer uma verdadeira parceria educacional.

Diversos municípios brasileiros já utilizam os recursos didáticos Opet, nos quais são trabalhados temas como Arte e Cultura, Meio Ambiente, Leitura e Inclusão Digital e Social, de forma interdisciplinar, inseridos no cotidiano do aluno. No município de Porto Belo (SC), por exemplo, a secretária de educação do município, Jane Ávila Santos da Silva, explica o porque trabalho educacional do seu município está em sintonia com a proposta pedagógica Opet. "Acredito que a vida só é bem vivida se acreditarmos e lutarmos por nossos sonhos. Um dos sonhos da nossa gestão é inovar, para que cada professor possa mostrar sua capacidade, criatividade e profissionalismo e o educando tenha felicidade no aprender, no fazer e no ser, com segurança, amizade e companheirismo", afirma Jane.

Tempo de plantar, tempo de colher



A Associação Paulista de Municípios foi fundada em 1948, e tem em seu quadro associativo prefeitos e ex-prefeitos, vice-prefeitos e ex-vice-prefeitos, vereadores e ex-vereadores, não havendo distinção alguma entre os atuais mandatários e os que exerceram seus mandatos no passado, tendo todos direito a voz, voto, e de votarem e serem votados.

Unidos em torno dos ideais municipalistas, toda a classe política do nosso Estado, independentemente de ideologia ou sigla partidária, está aglutinada, organizada e articulada em torno de nossa entidade, e anualmente se reúne, por ocasião de nosso Congresso Estadual, para troca de informações, idéias e experiências.

Dito isto, faço minha segunda reflexão, afirmando que na atividade pública vivenciamos dois períodos distintos, quais sejam; o PROCESSO ELEITORAL e o PROCESSO POLÍTICO. Enquanto o primeiro se opera durante o período de eleições, e prevalecem as paixões e emoções, o segundo ocorre nos períodos não-eleitorais, onde há a prevalência da razão.

Pois bem, prezados leitores, estamos precisamente

vivenciando o auge do PROCESSO ELEITORAL em que elegeremos o próximo presidente da República, governadores e um senador por Estado, além de elegermos os membros do próximo Congresso Nacional e Assembléias Legislativas, e sabemos com absoluta clareza o papel que nossos companheiros associados, agentes políticos municipais, desempenharão e o quanto influenciarão no resultado final das eleições.

Lembrando o conceito de que é no município que mora o cidadão, sabemos que neste processo eleitoral as lideranças municipais são as peças mais importantes deste tabuleiro político. Neste período, prefeitos e ex, vice-prefeitos e ex, vereadores e estarão envolvidos com seu candidatos,

seus partidos e suas coligações, buscando votos e, por consequência, vitória nas urnas. Neste período, como dissemos, prevalecem as emoções e paixões, e vamos cada qual para o seu lado, defender nossas idéias, ideais e bandeiras nas quais acreditamos e com as quais estamos comprometidos. Estamos vivenciando o TEMPO DE PLANTAR.

De nossa parte, aproveitamos esta interrupção de atividades conjuntas para

planejarmos futuras ações e elaborarmos nosso calendário, pois a partir de novembro, após o anúncio dos eleitos, dar-se-á o retorno ao PROCESSO POLÍTICO, em que volta a prevalecer a razão, e teremos que estar articulados e unidos para defendermos junto aos novos governantes, os verdadeiros interesses municipalistas, pois estaremos vivenciando o TEMPO DE COLHER.

Desejamos pois, manifestar nossa consciência e clareza do momento presente, desejando a todos os companheiros boa sorte e sucesso em suas articulações, com a certeza de que voltaremos a nos reunir após findar o processo eleitoral.

Fiquem pois com as matérias relevantes e de interesse geral que selecionamos para este número, e não se esqueçam, nos dias 5, 6 e 7 de dezembro realizaremos, no Hotel Maksoud Plaza, o 7º CBTIM - Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informatização para os Municípios, mas isso é assunto para a nossa próxima edição.

*Saudações
Municipalistas!*

Marcos Monti
Presidente da APM

Associação Paulista de Municípios

Av. São Luis, 99 - 13º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01046-905
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE	Marcos Monti
1º VICE-PRESIDENTE	José Luiz Rodrigues
2º VICE-PRESIDENTE	Welson Gasparini
3º VICE-PRESIDENTE	Rubens Furlan
4º VICE-PRESIDENTE	Marcos José da Silva

SECRETARIA - MEMBROS

DIRETORES	Antonio César Simão
SECRETÁRIO-GERAL	Dr. Hélio de Oliveira Santos
1º SECRETÁRIO	Sebastião Misira
2º SECRETÁRIO	Itamar Francisco Machado Borges
3º SECRETÁRIO	

TESOURARIA	Carlos Alberto Cruz Filho
TESOUROREIRO-GERAL	José Ademir Infante Gutierrez
1º TESOUROREIRO	Antonio Francelino
2º TESOUROREIRO	João Buzzo
3º TESOUROREIRO	

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE	Aquevirque Antonio Nholla
-------------------	----------------------------------

CONSELHO FISCAL	José Mauro Dedemo Orlandini
PRESIDENTE	

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA	Sckandar Mussi
PRESIDENTE	

CONSELHO TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR

PRESIDENTE	Antonio Sérgio Baptista
-------------------	--------------------------------

SECRETÁRIA EXECUTIVA	Daiva Christofeletti Paes da Silva
-----------------------------	---

CONSELHO EDITORIAL

Antônio César Simão
Aquevirque Antônio Nholla
Carlos Alberto Cruz Filho
José Mauro Dedemo Orlando
Marcos Monti



PRESIDENTE: Edmilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR-EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial

Municípios

PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

EDITORA: Camila Platini
redacao@municipiosdesaopaulo.com.br
EDIÇÃO DE ARTE: Alexandre P. Borlina e Flora Rio Pardo
CAPA: Ilustração / Ismar Soares
REVISÃO: Maria Stella Valli
PRODUÇÃO GRÁFICA: Ivan Santana
CONSULTORIA: Christo, Manesco & Associados

PUBLICIDADE

GERENTE DE PUBLICIDADE: Karen Cardial
karen_cardial@editorasegmento.com.br
EXEC. DE NEGÓCIOS: Paula Balza
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br
MARKETING: Bruno Orsini
marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

REPRESENTANTES COMERCIAIS:

Bahia
Aura Representações
Cesar Silveira (71) 3345-5600
cesar.silveira@aurabahia.com.br
Paraná
Marisa Oliveira mww (41) 3027-8490
parana@editorasegmento.com.br
Rio de Janeiro
Heliane Antonello (21) 2226-5721
rio@editorasegmento.com.br
Santa Catarina
Mônica Rodrigues (48) 3478-6016
scatarina@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento
Rua Ministro Sinézio Rocha, 150,
CEP 05030-000, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3879-8200 / 3879-8228
Fax: (11) 3879-8203
www.editorasegmento.com.br

Agosto/2006

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



ANATEC
ANÁLISES ESPECIAIS
www.aner.org.br

SUMÁRIO



18 SAÚDE PÚBLICA

Terceirização dos serviços tem melhorado o atendimento da população

6 ENTREVISTA

Rodrigo Pinho,
procurador-geral de
Justiça de São Paulo

10 SISTEMAS DE ENSINO

Parcerias com sistemas
privados diminuem
evasão escolar

14 TECNOLOGIA

Potirendaba e São José
do Rio Preto unem
tecnologia e eficiência em
suas administrações

24 SAÚDE EM SP

Estado ganhou 20 novos
hospitais e uma fábrica de
vacinas contra a gripe

27 MEMÓRIA

Momentos importantes

do 35º Congresso
Estadual dos Municípios

28 CRÉDITOS DE CARBONO

Captação de resíduos
gerados no município vale
dinheiro e colabora com o
meio ambiente

32 IBITINGA

Município investe
na atualização de
profissionais e amplia sua
capacidade de produção

34 IBGE

Instituto convida
representantes de todas
as cidades para colaborar
com levantamentos

36 INVESTIMENTO

Pólos industriais atraem

interesse estrangeiro,
movimentam a economia
local e geram empregos

40 GALERIA DE FOTOS

42 ARTIGO MEIO AMBIENTE

Bioenergia, por
Arnaldo Jardim

44 ARTIGO SAÚDE PÚBLICA

EC 51/06, por Fábio
Barbalho Leite

46 TCE

Programa Saúde da
Família, por Silvana
de Rose

50 CASOS E CAUSOS

O discurso reprovável,
por Claudio Manesco

ERRATA

No edição nº26, na reportagem Sob a luz da economia, a informação correta é que a Elektro já instalou lâmpadas de vapor de sódio em 90% dos pontos de iluminação de sua área de concessão.

FALE CONOSCO

REDAÇÃO: Comentários sobre o conteúdo editorial,
sugestões, críticas e releases.
Tel.: (11) 3879-8212 - Fax: (11) 3879-8203
E-mails: ouvidoria@apaulista.org.br
redacao@municipiosdesaopaulo.com.br
Cartas: Rua Ministro Sinézio Rocha, 150,
CEP 05030-000 - São Paulo - SP
MARKETING: Informações sobre promoções, eventos, reprints
e projetos especiais. Tel.: (11) 3879-8220.

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE: Anúncie na Municípios de São Paulo e fale
diretamente com os 645 municípios de São Paulo.

Tel.: (11) 3879-8204

karen_cardial@editorasegmento.com.br

ASSINATURAS, RENOVAÇÕES E NÚMEROS ATRAZADOS

Tel.: (11) 2165-9999 - Fax: (11) 2165-9986

www.apaulista.org.br

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

MATERIAL DIDÁTICO UNIFICADO



TRADIÇÃO E QUALIDADE APROVADA POR MAIS DE 300 INSTITUIÇÕES



CONTEÚDO DAS DISCIPLINAS ORGANIZADO EM MÓDULOS



QUALIDADE A UM PREÇO ACESSÍVEL



OUTRAS VANTAGENS

- Atualização constante dos módulos;
- Capas personalizadas com logomarca da instituição, para pedidos acima de 100 apostilas;
- Duas opções de língua estrangeira moderna: Inglês e Espanhol;
- Exercícios dissertativos, além dos testes de múltipla escolha.

E.J.A.
+ QUALIDADE
—————
= UNIFICADO

É SIMPLES ASSIM!

Disponibilizar ao seu município um Material Didático de qualidade, sem comprometer seu orçamento, é a nossa missão.

Nosso material é distribuído em módulos, o que permite adaptá-lo a qualquer grade curricular, oferecendo, ainda, a opção de eliminar disciplinas para as quais o governo estadual ou federal já tenham distribuído livros didáticos. É por tudo isso que o Unificado é, em todo o Brasil, sinônimo de E.J.A. Seu município também merece essa qualidade.



MATERIAL DIDÁTICO

Unificado

33 anos de tradição e experiência

(41) 3324-4040

editora@unificado.com

Curitiba - Paraná

Trabalho em conjunto

Além de fiscalizar o cumprimento das leis, Ministério Público colabora na implementação de políticas de interesse da comunidade

Por Antonio Carlos Santomauro

Paulo Ura



Pinho: "De uma relação de harmonia e independência entre MP e municípios, quem sai ganhando é a sociedade"

Reconduzido em março último a um mandato de mais dois anos no cargo de procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo, Rodrigo César Rebello Pinho diz considerar o Ministério Público (MP) um órgão cujo trabalho não

se restringe à fiscalização do cumprimento das leis, mas sim uma instituição que pode – e deve – colaborar com a administração pública na implementação de políticas de interesse da comunidade. Ele porém garante: essa postura de parceria não pode prejudicar o MP no

desempenho de sua função de órgão responsável pela defesa da ordem jurídica.

Casado, 49 anos – mais de metade deles dedicados ao MP –, Pinho pretende também manter uma política de integração com o interior paulista. Segundo conta, essa política teve início em seu primeiro mandato, quando o MP promoveu audiências públicas em cidades de diversas regiões do Estado. “Em várias delas, tivemos o privilégio de contar com a presença dos prefeitos”, ele diz.

Nesta entrevista, Pinho apresenta as prioridades de seu segundo mandato – entre as quais destaca a cobrança dos Planos Diretores exigidos dos municípios pelo Estatuto das Cidades – e analisa a relação entre MP e prefeituras.

Qual a relação básica entre municípios e MP, e como essas duas partes

podem colaborar uma com a outra?

O MP é responsável pela defesa da ordem jurídica, nas mais diversas áreas. Tem a obrigação de manter promotores em cada comarca, para atender à população nas mais diversas áreas. Uma função importante é o controle da constitucionalidade das leis municipais, que precisam estar de acordo com a Constituição Federal e a Constituição Estadual.

Se uma lei municipal ferir a Constituição Estadual, o MP pode arguir sua inconstitucionalidade. E isso ocorre nas mais diversas áreas. Por exemplo, na área de ocupação do solo urbano, que é uma questão tipicamente de município. Este ano é o ano no qual se exige, pela Constituição, Plano Diretor de todas as cidades com população acima de 20 mil habitantes. E o MP tem a obrigação de cobrar esses planos.

MP deve assegurar a existência do conteúdo mínimo e de um processo participativo nos Planos Diretores

O prazo final estabelecido pela lei é 10 de outubro deste ano. E o papel do MP é assegurar a existência do conteúdo mínimo, previsto pelo Estatuto das Cidades, e um processo participativo nesses planos.

Como os municípios podem colaborar com o MP na defesa da ordem jurídica?

O relacionamento básico entre os poderes deve ser de

harmonia e independência. O MP tem o dever de zelar pelo controle da legalidade e os municípios são governados por pessoas eleitas pela vontade do povo. Essa vontade do povo deve ser respeitada, e a administração deve pautar-se pela observância da lei. Onde for possível uma atuação conjunta, quem sai ganhando é a sociedade. Às vezes, o promotor pode auxiliar o prefeito até na

implementação de uma política.

Como o senhor avalia a atual relação entre municípios do Estado de São Paulo e MP?

É uma relação normal, há municípios onde temos relacionamento mais estreito e, em alguns casos, os promotores apuram atos que consideram irregulares. Isso faz parte da vida democrática. Onde houver observância da lei, promotores de justiça, prefeitos, vereadores, todos estarão de acordo com o mesmo regramento. Em municípios em que

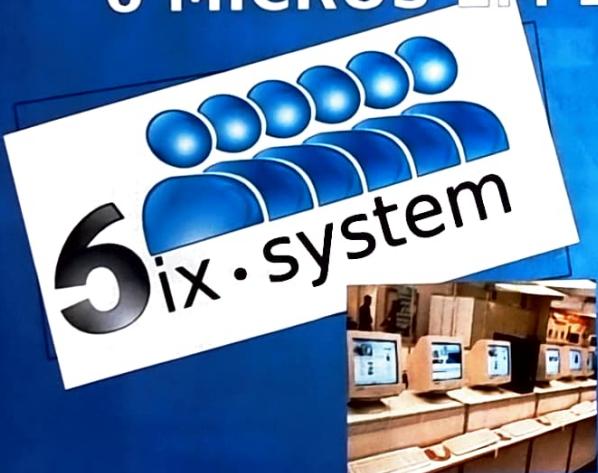
o entendimento do MP apontar desvio de recursos em desacordo com as leis, o MP investiga. Mas é importante ressaltar que a relação não é apenas de investigação, o promotor de justiça pode ter um papel importante auxiliando os prefeitos.

Em que áreas?

Por exemplo, na questão do acesso à educação, na implementação de políticas públicas, na área de saúde. Às vezes, um bom contato entre promotor e prefeito pode servir como fonte de informações comuns na

TEMOS O PRAZER DE APRESENTAR A ECONOMIA PARA O SEU BOLSO...

6 MICROS EM 1



- O Six System transforma seu computador em seis, onde seis usuários poderão usá-lo simultaneamente.
- Economia de 5 PCs, 5 licenças do sistema operacional, inclui pacote office nos 26 aplicativos.
- Indicado para órgãos públicos especialmente Prefeituras Municipais, além de: escolas, telecentros, empresas de telemarketing e outras que queiram obter grande economia preservando a relação custo x benefício.

SixSystem Insigne SixSystem Insigne SixSystem Insigne SixSystem Insigne



O Prazer de Ser Livre

**400.000 Máquinas Vendidas
com o Insigne Linux instalado.**

www.insignesoftware.com Fone: 0xx19 3213 2100

busca de soluções para a comunidade.

A segurança pode ser uma área na qual os municípios podem colaborar mais com o MP? Hoje, há municípios que têm leis relativas

Qualidade da gestão administrativa dos municípios deve ser avaliada pela própria população da cidade

à segurança, como as leis que determinam o fechamento de bares a partir de determinado horário.

Há colaborações importantes na área de segurança, como, por exemplo, os promotores tendo mais contato com os Conselhos de Segurança. Em alguns locais onde há maior criminalidade em virtude do grande número de bares em regiões carentes – e essa não é uma regra para ser adotada em todos os municípios –, medidas como o fechamento dos bares após determinado horário têm produzido um resultado positivo. Um grande exemplo é Diadema.

A Lei de Responsabilidade Fiscal gera algum atrito entre municípios e MP?

A Lei de Responsabilidade Fiscal gera obrigações para

o administrador público e o MP tem o dever de zelar pelo cumprimento das leis. Portanto, o administrador, que gasta mais do que pode, assume compromissos indevidamente ou deixa de cumprir alguma das metas estabelecidas por essa

Responsabilidade Fiscal, as prefeituras têm se adequado às exigências estabelecidas por essa lei. Mesmo porque, quando não se adequam, elas são cobradas, tanto pelo Tribunal de Contas quanto pelo MP.

No final do ano passado, foi alterada a estrutura da justiça paulista. Isso pode beneficiar a atuação do MP nos municípios paulistas?

Tanto na magistratura quanto no MP, no final do ano passado foi aprovada uma lei de reestruturação da carreira, com redução das entrâncias. As maiores cidades do interior foram elevadas ao mesmo patamar da capital, mesmo porque não existe nenhuma razão lógica que justifique um tratamento diferenciado.

Com a nova lei, cidades do interior foram elevadas ao mesmo patamar da capital paulista

Além das mudanças das regras da previdência, que farão com que as pessoas permaneçam mais tempo na carreira, isso traz a vantagem de fixar os promotores nas cidades. E um promotor que permaneça por um período maior em uma cidade acaba tendo um conhecimento mais

profundo dos problemas daquele local.

Nesse seu segundo mandato, o senhor tem alguma prioridade no relacionamento entre MP e municípios?

Uma ação muito positiva que foi realizada pela instituição em meu primeiro mandato foram audiências públicas em todo o interior, às quais compareceram representantes de sociedade e organizações e, em muitas delas, tivemos o privilégio de contar com a presença dos prefeitos. Nessas audiências, buscamos saber o que a sociedade espera do MP nas mais diversas áreas: combate à criminalidade, meio ambiente, consumo, infância e juventude, portadores de deficiências etc.

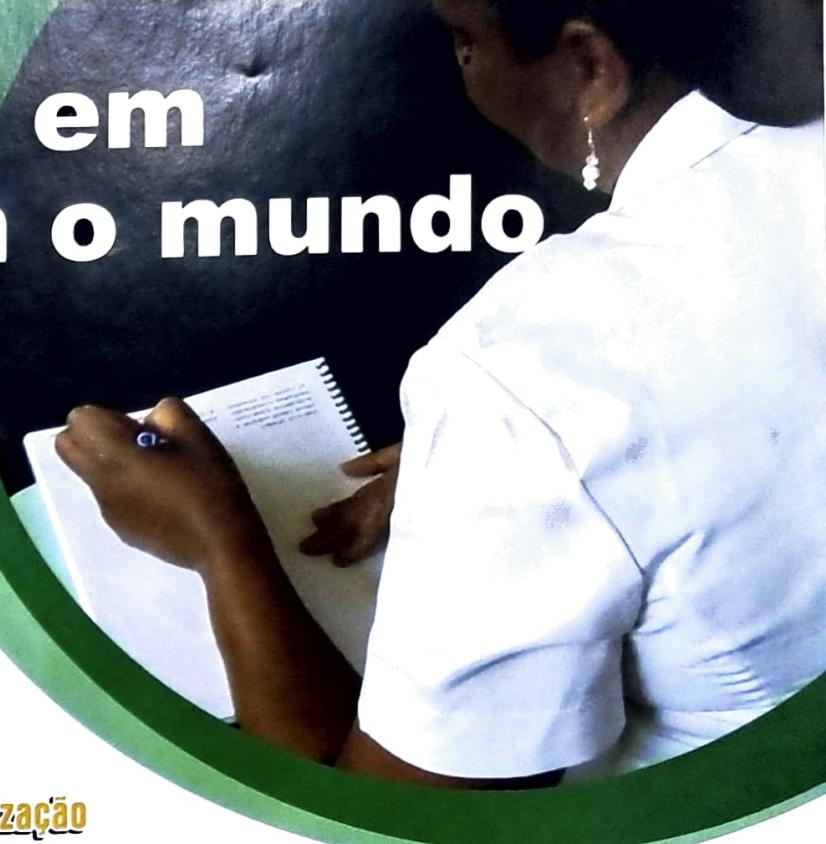
Minha visão primeira é que o MP pode ser um parceiro na implementação de políticas públicas, junto com a sociedade e com os órgãos públicos. Neste meu segundo mandato, retornaremos para o interior, para, junto com os promotores, envolver o MP no processo de abertura para a sociedade. ::

A Educação em diálogo com o mundo

O material didático para Educação de Jovens e Adultos - EJA - é elaborado por professores-autores que vivenciam, em sala de aula, a realidade desse segmento de educação.

Com linguagem adequada para o público ao qual se destina, apresenta os conteúdos por meio de textos diversificados e significativos, com atividades contextualizadas e estimulantes, facilitando o trabalho dos professores e o aprendizado dos alunos.

Em constante processo de atualização e aperfeiçoamento, o material didático EJA é, sem dúvida, a melhor opção do segmento.



Alfabetização

Ao ser idealizado esse material didático, foram considerados os seguintes fatores:

- a Educação para melhor viver juntos, tema da recente conferência internacional sobre Educação da Unesco, que teve como base os quatro pilares da Educação definidos no relatório Delors: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender;
- a aproximação e a intersecção das propostas de Paulo Freire, Vygotsky, Emilia Ferreiro e Wallon, que denominamos Pedagogia da Mudança;
- a alfabetização por meio do letramento, com o apoio da base lingüística;
- a experiência de nossa equipe em sala de aula frente à alfabetização de jovens e adultos;
- o trabalho de nossa equipe com a formação de formadores.

Primeiro Segmento

O material do primeiro segmento (1^a a 4^a série) da Educação de Jovens e Adultos surgiu após muitas pesquisas a partir das experiências governamentais bem sucedidas e, principalmente, do terceiro setor. Os conteúdos são contextualizados, os temas são tratados com linguagem adequada para os públicos jovem e adulto, respeitando o tempo de cada aluno, o que permite um atendimento individual. O conteúdo é interdisciplinar nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Natureza e Sociedade (Ciências, História, Geografia).

Segundo Segmento

Totalmente reformulado, o material destinado ao segundo segmento (5^a a 8^a série) atende à Proposta Curricular Nacional para a Educação de Jovens e Adultos do MEC.

A nova diagramação e a iconografia tornam ainda mais fácil e agradável o manuseio e o trabalho com o material. Os encaminhamentos dos temas trabalhados contemplam ética, cidadania, preservação do meio ambiente, mundo do trabalho, tecnologia, tratamento da informação, entre outros importantes temas.

As apostilas-caderno englobam as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Inglês e Arte.

Ensino Médio

O material didático para o Ensino Médio foi elaborado atendendo às propostas curriculares e preparando o aluno para a continuidade dos estudos no Ensino Superior.

A experiência mostra que o aluno quer recuperar o tempo e preparar-se para os vestibulares.

**EDUCAÇÃO
DE JOVENS
E ADULTOS
SUPLEGRAF**



Educação nota 10

Luis Henrique/Sincrashotos

Prefeituras fazem parceria com sistemas privados de ensino para diminuir evasão escolar e melhorar a capacitação de professores

Por Juliana Tavares

Alto índice de retenção e evasão, falta de material didático e total ausência de preparo dos professores para ensinar crianças e jovens a lidar com as necessidades do mundo globalizado. Estes talvez sejam os maiores problemas apontados pelos especialistas quando o assunto é educação pú-

blica brasileira. Os dados não deixam dúvidas. De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e os resultados das últimas avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Programa Internacional de Avaliação Comparada (Pisa), coordenado no país

pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os estudantes brasileiros, de modo geral, não dominam habilidades básicas como leitura, escrita e matemática.

A fim de melhorar a qualidade da educação pública municipal, nivelar o ensino municipal (colocando um fim nas “escolas

boas e ruins”), aumentar o índice de aproveitamento das aulas pelos alunos e estimular a capacitação dos professores, algumas prefeituras do Estado têm se unido a sistemas privados de ensino, como Anglo, COC, Objetivo, Pueri Domus e Positivo.

O motivo é bastante simples. Os custos dessa parceria são relativamente

baixos: cerca de R\$ 160 por aluno ao ano, variando para baixo ou para cima, de acordo com a empresa contratada e o número de alunos atendidos. Em troca, a prefeitura recebe treinamento completo para os professores, material didático e a garantia de estar oferecendo para os seus municípios uma educação de "marca" – o que lhe confere credibilidade.

As críticas a tal iniciativa não tardaram a surgir. Para alguns especialistas, "terceirizar" a educação não é alternativa para melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas, já que os grupos privados estariam mais preocupados com o conteúdo e

assim que modificamos o sistema de ensino. Os professores se assustaram porque pensaram que nunca conseguiriam transmitir todas as informações aos alunos dentro do prazo. E os estudantes se apavoraram, achando que não conseguiriam acompanhar as aulas", explica a secretária de Educação de Sete Barras, Edna Érico Tanaka Kadata. "Mas, passado o susto, é inquestionável o salto de qualidade que tivemos depois que implementamos o sistema Objetivo."

DIFERENÇAS

Ao contrário do que os críticos afirmam, há diferenças, ainda que sutis,

Os custos da parceria são baixos: cerca de R\$ 160 por aluno ao ano, variando de acordo com a empresa contratada

com a preparação para o vestibular do que com a formação voltada para a cidadania. Além disso, a adoção das apostilas restringiria a autonomia dos professores, tornando-os dependentes da metodologia adotada. As prefeituras que optaram pelos sistemas privados de ensino, porém, rechaçam tal opinião.

"É claro que houve dificuldades de adaptação

entre os sistemas adotados pelas escolas públicas e privadas. No caso do Objetivo, por exemplo, foi desenvolvido o Sistema Objetivo Municipal de Ensino (Some). Apesar de a estrutura didático-pedagógica e filosófica ser a mesma em ambos os casos, foram feitas adaptações no Some que levaram em conta as necessidades do ensino municipal. "O que não quer dizer que existe

o curso nível A e o curso nível B", enfatiza a coordenadora do departamento de apoio pedagógico do Some, Márcia Carvalhinha. "A diferença está na forma de apresentação do conteúdo: ao invés de

INTEGRAÇÃO

O município de Jaú, por sua vez, adota, desde 2005, o método voltado para a educação pública do Grupo Positivo, o Sistema Aprende Brasil de Ensino (Sabe). De acordo com a diretora

A prefeitura recebe treinamento completo para os professores, além de todo o material didático

dividir as apostilas aula a aula, como no caso das instituições privadas, para o Some optamos pela divisão por capítulos – o que permite ao professor imprimir seu ritmo pessoal às lições", informa.

Sete Barras adota o sistema desde 2002, quando houve a municipalização do ensino na região. Segundo a secretária de Educação, a melhoria do ensino fundamental básico foi tanta que, além de diminuir a evasão, obrigou os professores de 5^a a 8^a séries (pertencentes ao Estado e, portanto, não inseridos à metodologia Some) a se adaptarem ao alto nível dos estudantes que lhes foram enviados. "Com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), pretendemos ampliar o sistema para o ensino infantil", ressalta Edna.

do gabinete da prefeitura, Vera Schwarz, entre os motivos que levaram à adoção do sistema está a capacitação dos professores e o acompanhamento contínuo do grupo à escola, além do acesso ao Portal Aprende Brasil, no qual educadores e alunos podem fazer pesquisas e tirar dúvidas on-line. "Além

Divulgação/Positivo



Stela, do Positivo: "livros podem ter seu conteúdo regionalizado"



Em uma avaliação do MEC de 2005, de 43 mil escolas públicas, seis, entre as dez primeiras, adotam um sistema de ensino privado

disso, os livros didáticos integrados são atuais e estão sempre em dia com o que há de mais avançado em termos de educação", afirma.

A integração dos livros didáticos – que permitem a continuidade do aprendizado entre diversas disciplinas e de uma série à outra – também é um fator considerado positivo pela diretora. "Tanto que, além de o método ser utilizado

primeiras séries do ensino fundamental", diz Vera.

De acordo com a gerente comercial do grupo Positivo, Stela Macohin, os livros, todos em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e subsidiados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, podem ter seu conteúdo "regionalizado" de acordo com o contexto socioeconômico, histórico e

país, de tão satisfeitos com os avanços educacionais dos filhos, matricularam-se em Escolas para Jovens e Adultos (EJA) para dar continuidade aos estudos

No Paraná, alguns pais voltaram a estudar para conseguir acompanhar as crianças em suas tarefas

e conseguir acompanhar as crianças", garante.

Brotas, por sua vez, optou, há três anos, pelo sistema Educação e Desenvolvimento Humano (EDH), desenvolvido pela Pueri Domus. De acordo com o diretor de conteúdo da instituição, Lilio Paoliello Jr., o objetivo do programa é atuar no processo de formação do pro-

As diferenças entre os sistemas de ensino adotados pelas escolas públicas e privadas são sutis

nas pré-escolas e nas quatro séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª série), neste ano estendemos o sistema também para as

geográfico de cada Estado. "A parceria é extremamente positiva para o município. Tanto que já soubemos de casos, no Paraná, em que os

fessor, impulsionando-o a aplicar metodologias de acordo com os padrões internacionais de educação. Para Gilda Savriatto, secretária de Educação da cidade, a adesão pela comunidade à nova proposta foi muito positiva. "O conjunto de livros didáticos do programa atende às necessidades pedagógicas dos profissionais responsáveis pela educação do município, já que o material fomenta a consciência crítica, a participação social e a construção da cidadania, enxergando o aluno como um agente transformador da sociedade."

ALFABETIZAÇÃO

Os sistemas de ensino não estão disponíveis apenas para a educação de

crianças e adolescentes. A Suplegraf, por exemplo, detentora do sistema Sigma de Ensino, também possui um programa voltado, exclusivamente, para a alfabetização de jovens e adultos, o "Ler e Escrever o Mundo", adotado pela Secretaria de Educação de São Caetano do Sul e que, em 2005, praticamente reduziu a zero o índice de

analfabetismo no município. "Nossos autores participam de treinamentos periódicos com os professores, em

Professora Alcina Dantas Feijão, Maria Teresinha Fiorotti, também de São Caetano. "Antes disso, os

Em São Caetano do Sul, foi adotado um programa voltado para a alfabetização de jovens e adultos

sua maioria estudantes voluntários da Faculdade de Engenharia Mauá. Isso contribui para o melhor aproveitamento do material e foi determinante para o sucesso do programa de alfabetização", informa Gustavo Rodrigues, gerente de marketing da Suplegraf.

A parceria deu tão certo que a prefeitura decidiu adotar o material da Suplegraf também no ensino médio. "Os pais são os mais satisfeitos, pois o sistema permite o real acompanhamento do desempenho dos filhos", enfatiza a diretora da EME

alunos eram obrigados a copiar a lição, o que lhes dava a oportunidade de encontrar escapatórias para não concluir os estudos. Agora, com o livro-caderno, os pais têm como controlar as tarefas de casa."

SEM PRECONCEITOS

A maneira como o material didático desses sistemas é apresentado também é vista com desconfiança pelos críticos. O que, na opinião das instituições, é sinônimo de total desconhecimento do trabalho proposto aos municípios. "Como,

Divulgação/Suplegraf



Autores de livros da Sigma participam de treinamentos periódicos com professores da rede pública

em sua maioria, são cadernos em espiral, logo remetem o material às apostilas de conteúdo resumido adotadas pelos cursos pré-vestibulares", informa Nilson Curti, diretor superintendente do sistema COC. "Nada mais equivocado. O material é formado por livros, com conteúdo

qualidade do ensino em 43 mil escolas públicas do país localizadas em áreas urbanas, seis, entre as dez primeiras, eram escolas que adotaram o sistema COC de ensino.

Sete Barras, que adotou o sistema Objetivo há 4 anos, conseguiu ver um aluno ganhar o Concurso Ayrton Senna de Redação,

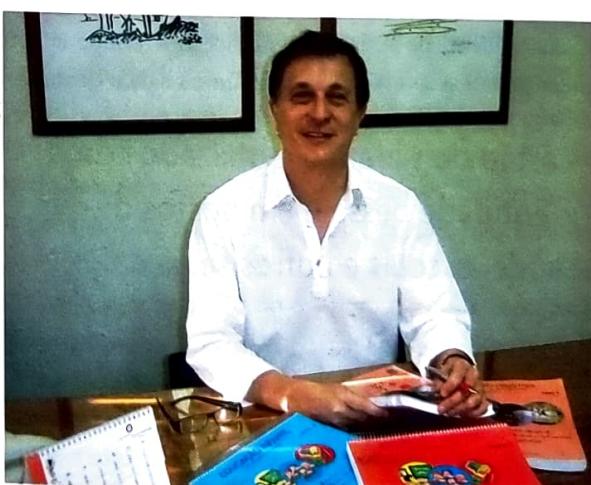
Material didático estimula o pensamento crítico e a criatividade dos estudantes da rede pública

próprio, que estimulam o pensamento crítico e a criatividade dos estudantes e que são elaborados por profissionais especializados e competentes."

Os resultados, ao que tudo indica, são positivos. De acordo com Curti, no ranking do Prova Brasil, uma avaliação realizada pelo MEC em 2005 para analisar a

um feito até então inédito na cidade. Essas vitórias, claro, embora importantes, ainda são isoladas e pequenas, sobretudo se forem comparadas a todo o cenário educacional brasileiro. Mas não deixa de ser uma fagulha de esperança para a concretização das mudanças que o país tanto precisa para continuar crescendo. :::

Divulgação/Pueri Domus



Lillo, do Pueri Domus: "Objetivo é atuar na formação dos professores impulsionando-os a aplicar as metodologias"



A serviço da cidadania

Potirendaba e São José do Rio Preto desenvolveram táticas que unem tecnologia e eficiência em suas administrações e no atendimento à população

Criar estratégias de qualidade de atendimento à população e sistemas que facilitem a gestão dos municípios é hoje um dos maiores desafios dos administradores públicos. Foi pensando nisso que as cidades Potirendaba e São José do Rio Preto desenvolveram táticas que unem tecnologia e eficiência em suas administrações. O município de Potirendaba, localizado no noroeste do Estado de São Paulo, registra um dos maiores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) do país e oferece aos seus

quase 14 mil habitantes empreendimentos inovadores e bom atendimento em serviços públicos.

Um exemplo disso é o Cartão do Cidadão, criado para oferecer ao município uma eficiência maior no atendimento em equipamentos públicos. Implementado entre 1997 e 2000 – com recursos próprios somados aos do Programa de Modernização da Arrecadação Tributária (PMAT), apoiado pelo BNDES – o cartão é utilizado como identidade pessoal em postos de saúde, escolas e outros serviços. O projeto tem como principal objetivo a melhoria da qua-

lidade de vida do cidadão, que pode usufruir recursos, qualificação e integração de servidores municipais na rede tecnológica, proporcionando ganhos na qualidade do atendimento. Cada residente de Potirendaba possui seu cartão. O

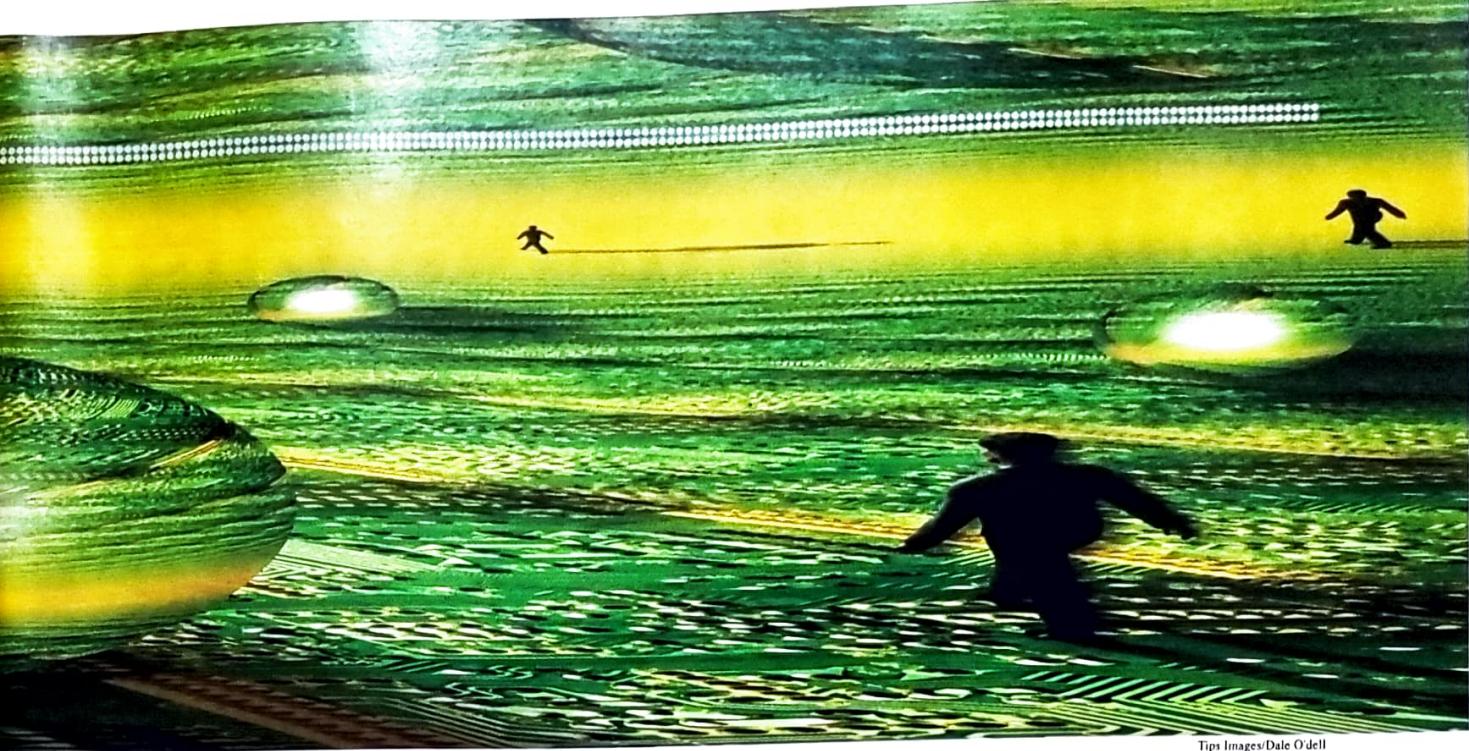
momento, são coletados todos os dados-padrão necessários para que o indivíduo possa usufruir os benefícios do Cartão do Cidadão.

Depois de coletados e confirmados, esses dados são lançados na intranet, em um único banco de dados,

Cartão do Cidadão é utilizado como identidade pessoal em postos de saúde, escolas e outros serviços

cadastro atualmente é realizado nas unidades de saúde para os habitantes recém-chegados, na hora em que vão realizar seu primeiro atendimento médico. Nesse

e podem ser consultados em todos os equipamentos públicos da cidade, disponibilizando uma extensa gama de aplicações dessas informações. Por meio da



Tips Images/Dale O'Dell

coleta computadorizada, asseguram-se a qualidade e a precisão dos dados.

BENEFÍCIOS

Em qualquer unidade de saúde do município, o médico utiliza sua senha para ter acesso ao prontuário do paciente, o que facilita e otimiza o atendimento. Além disso, é com o cartão que o indivíduo agenda suas consultas, solicita exames e retira medicamentos na Farmácia Municipal.

O cartão também é utilizado na Educação, possibilitando a obtenção de informações sobre matrícula escolar na rede municipal de ensino, o controle da freqüência dos alunos e a verificação do boletim. Com ele, é possível também controlar o acesso à biblioteca, bem como o empréstimo de livros e a manutenção do acervo.

Não é só para o cidadão

que o sistema trouxe benefícios, já que ele auxilia na gestão e avaliação de recursos humanos e atua como facilitador de acesso a programas e serviços integrados do município.

O prefeito da cidade, Carlos Adalberto Rodrigues, afirma que através dessa rede de dados é possível "examinar as solicitações de compras de cada coordenadoria, o que possibilita ao administrador público um controle maior de suas finanças e verificação de quanto cada coordenadoria irá gastar, chefiando a emissão de empenhos, sabendo assim se o empenho já foi emitido para a solicitação aprovada. Além de poder apurar a freqüência dos funcionários municipais e analisar o emprego da frota municipal em fatores como abastecimento e quilometragem".

Em São José do Rio

Preto, um dos mais importantes centros urbanos do interior do Estado, a busca de tecnologias para executar serviços também é uma preocupação contínua, objetivando agilizar

responsável pela produção de tecnologia aplicada nos mais variados segmentos da administração pública municipal.

A Rede Metropolitana, que estará em funciona-

Rede Metropolitana é responsável pela produção de tecnologia aplicada em segmentos da administração pública

processos e assegurar aos seus municíipes um equipamento público de qualidade. Uma das maiores metas do prefeito Edinho Araújo é consolidar uma grande interligação de todos os sistemas e unidades da esfera pública municipal. Pensando nisso, iniciou o processo de instalação da Rede Metropolitana, um projeto de grande porte gerenciado e gerido tecnicamente pela Empresa Municipal de Processamento de Dados (Empro),

mento ainda neste segundo semestre, vai constituir-se numa das mais avançadas propostas municipais de comunicação de dados do país. O projeto foi elaborado em parceria com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CpqD), fundação do governo federal especializada na elaboração e implantação de projetos de telecomunicações.

A integração proposta por essa estratégia permitirá, entre outros be-

nefícios, maior controle e agilidade aos serviços prestados pela prefeitura, a implantação de sistemas de gestão integrados e o acesso à internet de todas as unidades envolvidas.

“O projeto Rede Metropolitana está baseado em tecnologia híbrida, englobando fibras ópticas e sistemas de rádio, projetados para otimizar custos e maximizar desempenho. Essa é a infra-estrutura essencial para a realização do projeto de integração de dados, sistemas e processos que está sendo implantado pelo município de São José do Rio Preto”, explica Susélide Cristina Tenani, diretora presidente da Empro.

INCLUSÃO DIGITAL

A primeira etapa do projeto começou com a instalação, em 2005, de 47

quilômetros do chamado anel de fibra óptica, que passou por pontos estratégicos com o objetivo de viabilizar a implantação do sistema de rádio, levando em conta os melhores pontos para a repetição de sinal. Essas fibras funcionarão como um meio de comunicação na transmissão dos dados.

Essa extensão vai interligar 171 unidades da administração pública municipal – escolas de ensino fundamental e supletivo, de ensino infantil, creches, unidades de saúde e unidades administrativas – ao Data Center Central, um conjunto de servidores recentemente inaugurado pela Empro.

As mais beneficiadas por esse sistema serão as unidades escolares, que representam mais da me-

tade do sistema a ser atendido. Para elas, foram adquiridos em 2004 cerca de 900 computadores, instalados em 33 laboratórios de informática. Cada

Susélide: a Rede Metropolitana de São José do Rio Preto foi projetada para otimizar custos e maximizar o desempenho



Cartão do Cidadão: Além dos benefícios para a população, também auxilia o prefeito no controle das finanças públicas

um deles conta com 15 microcomputadores, televisão, impressora, em ambiente reformado e próprio, todos conectados à internet.

Além disso, em cada laboratório há um monitor técnico auxiliando professores nas pesquisas para a elaboração das aulas e no uso de softwares. Eles também são os responsáveis pela manutenção preventiva nas máquinas e, sobretudo, pela orientação técnica sobre a utilização do conteúdo didático local, por meio de módulos elaborados em parceria firmada com a Unicamp, no Projeto Conexão do Saber.

Essa ação intensificou ainda mais o trabalho de inclusão digital da cidade, que atinge cerca de 18 mil alunos do ensino fundamental. Além de permitir o acesso à web, novos sistemas de gestão poderão ser implantados sem dificuldades, e futuros projetos de comunicação

de voz e segurança também poderão ser adotados.

Ainda em 2004, foi realizada a instalação das redes LANs (redes internas) das unidades da Secretaria da Educação, o que possibilitou o início do funcionamento dos laboratórios de informática. Em dezembro de 2005, a Empro iniciou a implantação da rede WAN (rede externa) com a instalação das fibras ópticas. O custo estimado do projeto quando estiver em funcionamento é de cerca de R\$ 7 milhões.

A última licitação do processo de implantação da Rede Metropolitana está em andamento e tem como objetivo a contratação de serviços e equipamentos. Nessa etapa, serão contratados serviços técnicos especializados para fornecimento, instalação, manutenção, suporte e operação do sistema de rádio da rede. A partir daí, os prazos legais prevêem que em 90 dias a rede já esteja funcionando. :::



A Educação em diálogo com o mundo

O Sigma surgiu no final de 1990. Foi criado em meio a mudanças propostas pela Conferência de Jóia, na Tailândia, realizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Acompanhando o novo caminho da Educação, o Sistema baseia-se em quatro eixos: o ser, o conviver, o fazer e o aprender, trabalhados em atividades selecionadas que aliam o conhecimento a propostas desafiadoras e significativas. As ilustrações e os encaminhamentos sugeridos nos temas abordados objetivam a construção de um estudante investigador, ativo, criativo e responsável.

O Sigma foi criado com a consciência de ser escrito para todo o Brasil, portanto aborda diferentes aspectos regionais, culturais, raciais, religiosos e de gênero.

Material

O material didático foi elaborado por educadores comprometidos com as mudanças e tendências adotadas para a educação nacional, baseados em suas experiências cotidianas em escolas como professores, coordenadores ou formadores.

Os materiais possuem um projeto gráfico moderno, caracterizado especialmente pela leveza com que são integrados textos, ilustrações e espaços.



Educação Infantil

A equipe que elaborou as atividades de Educação Infantil partiu de experiências em sala de aula e de teorias de educadores como Piaget, Vygotsky, Ferreiro, Wallon, entre outros.

O Sigma tem o objetivo de oferecer o melhor ao aluno, bem como subsídios que facilitem o trabalho docente, contribuindo para a formação de crianças que tenham uma boa imagem própria, sintam prazer em ler e escrever e que desenvolvam uma boa oralidade.

O material é composto por atividades adequadas a cada faixa etária e por um kit com itens necessários à realização das mesmas, como lixa, folhas de recorte, jogos em papel-cartão e papéis coloridos.

O Maternal e o Jardim I são apresentados em folhas individuais com tamanho que facilitam o manuseio.

Ensino Fundamental

São resultados desse segmento de ensino a elevação da auto-estima, o gosto pela investigação e a continuidade do desenvolvimento da escrita, leitura e oralidade. O material é dividido em quatro apostilas-caderno por série.

Alguns diferenciais:

- Estudo de caso: educandos são colocados em situações do cotidiano para que, individualmente ou em grupo, proponham soluções;
- Leitura complementar: textos de aprofundamento associados aos temas transversais;
- Matemática no cotidiano: aproxima o componente curricular ao dia-a-dia do estudante, permitindo um trabalho interdisciplinar;
- História: tratada por temas, favorecendo a compreensão do processo histórico como um todo.

Ensino Médio

Oferecemos:

- Encontro pedagógico para implantação do material do município;
- Capacitação para o corpo docente no município;
- Atendimento pedagógico para professores, coordenadores e diretores no município;
- Acompanhamento do desenvolvimento escolar do aluno;
- Suporte pedagógico pelo sistema 0800.

SISTEMA
igma
DE ENSINO

Fornecedores



Levendula

de qualidade

Apesar de polêmica, terceirização tem sido empregada para aprimorar o atendimento prestado à população na área da saúde

Por Antonio Carlos Santomauro

Diversas ações – entre elas a sempre polêmica terceirização – vêm sendo testadas pelas prefeituras para aprimorar a qualidade dos serviços de saúde disponibilizados para as populações de suas cidades. Entre elas, destaca-se hoje uma aposta mais intensa nas parcerias com instituições de ensino superior. Com essas parcerias – que em alguns casos chegam até à entrega total da gestão de unidades de saúde –, as administrações municipais buscam, simultaneamente, obter mais recursos humanos e mais *know-how*, e tornar mais qualificadas suas próprias equipes de saúde.

Essa possibilidade de qualificar os serviços próprios é o principal argumento apresentado por Janise Braga

Ferreira, chefe da divisão de planejamento em saúde da prefeitura de Ribeirão Preto, para justificar uma lei aprovada no final do ano passado, por meio da qual a administração municipal pode estabelecer convênios com instituições de ensino superior na gestão dos recursos de saúde.

Desde então, a prefeitura local já assinou acordos com três universidades nas quais há faculdade de medicina, e com outra que mantém cursos de enfermagem e fonoaudiologia.

Porém, Janise afirma que, diferentemente do que ocorre com as chamadas Organizações Sociais de Saúde, essas instituições não assumem a gestão das unidades de saúde. “A gestão segue sendo da prefeitura, mas discuti-

mos com as escolas formas de atuação conjunta.” E, segundo ela, os acordos permitem à prefeitura minimizar um problema grave dos atuais sistemas de saúde públicos: a falta de profissionais. “Na realidade, sempre houve parcerias

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e com Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (APDM), entidade ligada a essa universidade que hoje administra vários hospitais. “Assinamos esse contrato para que, nesse

Instituições de ensino superior chegam, em alguns casos, a gerenciar totalmente as unidades de saúde

entre poder público e instituições de ensino na área de saúde, elas agora estão apenas sendo formalizadas”, acrescenta Janise.

Outro exemplo de relacionamento entre administração municipal e instituição de ensino na área da saúde aparece em Guarulhos, onde a prefeitura assinou um contrato de gestão com a

hospital, possam ser desenvolvidas ações de capacitação e pesquisa voltadas para a rede municipal de saúde e seus profissionais”, afirma Paulo Capucci, secretário de Saúde de Guarulhos. Segundo ele, a Unifesp/APDM trabalhará seguindo as orientações da Secretaria de Saúde de Guarulhos. Capucci afirma haver, ainda,

um diferencial marcante entre o modelo que será adotado nessa cidade e as OSSs: a população será representada no conselho gestor do hospital e participará da administração.

GESTÃO MAIS LIVRE

Encarregada da gerência do novo hospital de Guarulhos, a Unifesp/APDM já cuida da gestão de hospitais públicos – estaduais ou municipais –, em cidades como São Paulo, Diadema e Taboão da Serra, entre outras.

Para Nacime Mansur, superintendente dos hospitais afiliados dessa entidade, as parcerias estabelecidas por entidades como a APDM

são úteis para os sistemas públicos de saúde. "Conseguimos fazer mais com menos, pois não precisamos realizar licitações, e temos liberdade para contratação de pessoal. Quando se precisa de concurso para

metas", ele acrescenta.

Mas Mansur afirma: essas parcerias devem cumprir alguns requisitos. Primeiramente, é preciso cuidado na escolha do parceiro ao qual será entregue a gestão da unidade de saúde, que

Em Guarulhos, Unifesp desenvolve ações de capacitação e pesquisa voltadas à rede municipal

contratar, não se pode demitir, e exige-se licitação para tudo, fica mais difícil atingir os objetivos", ele explica. "Estabelecendo essas parcerias, o governo precisa apenas destinar os recursos e estipular as

entre outras coisas deve ter tradição no ensino ou no serviço médico. Depois, é necessário trabalhar cuidadosamente o contrato de gestão, no qual devem estar estipuladas metas quantitativas e qualitativas.

"E o poder público também precisa capacitar-se para acompanhar e avaliar o correto cumprimento dos contratos", completa.

Além das parcerias com entidades ligadas a instituições de ensino ou de utilidade pública, a atual receita com a qual as prefeituras hoje trabalham os serviços municipais de saúde inclui também a delegação de determinados serviços a empresas privadas. Em Itu, desde o final do ano passado a administração dos estoques de medicamentos e artigos médicos e hospitalares é responsabilidade da empresa Home Care Medical, especializada nesse gênero de serviço. "Essa terceirização

Divulgação/Prefeitura de Ribeirão Preto



Prefeitura de Ribeirão Preto já assinou acordo com três universidades, o que possibilita qualificar os serviços próprios



Capucci, de Guarulhos: "Terceirização absorve cerca de 8,5% do orçamento"

dos estoques está sendo interessante porque a prefeitura paga apenas os medicamentos e artigos que utiliza, e assim não tem perdas", conta Ademir Francisco de Campos, secretário de Saúde de Itu. "Além disso, esse sistema é muito mais ágil, a empresa trabalha de maneira totalmente informatizada,

vem tendo seus serviços crescentemente demandados pelo poder público. Segundo Lima, a empresa já gerencia o abastecimento de medicamentos e artigos médico-hospitalares das redes públicas de quatro municípios paulistas – Itu, Taubaté, Cotia e São Caetano do Sul –, trabalha

Poder público precisa capacitar-se para acompanhar e avaliar o correto cumprimento dos contratos firmados

e isso contribui para que não faltem medicamentos", complementa.

TERCEIRIZAÇÃO AVANÇA

Além dos benefícios citados pelo secretário de Itu, a terceirização dos estoques de medicamentos, artigos médicos e hospitais

com três prefeituras de Minas Gerais, e atende também fundações encarregadas da gestão de alguns hospitais.

E, independentemente da polêmica em torno do tema, a terceirização de serviços de saúde parece ser uma medida que agrada a

proporciona outra vantagem ao poder público, afirma Vanderlei Lima, gestor de negócios da Home Care Medical. "Com ela, os gestores têm mais liberdade para dedicarem-se à sua verdadeira atividade: promover a saúde da população". Criada há cinco anos, a Home Care Medical

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

O modelo da parceria com instituições de ensino na administração de hospitais públicos assume tons mais radicais na Secretaria de Estado da Saúde, que desde 1998 entrega a gestão dos novos hospitais às chamadas Organizações Sociais de Saúde (OSS) – entidades sem fins lucrativos geralmente vinculadas a escolas ou associações filantrópicas. Esse modelo já é adotado em 22 hospitais e centros de saúde estaduais, nos quais o governo fica responsável pela manutenção financeira e controla a destinação dos recursos, cabendo às OSS uma gestão atrelada ao cumprimento de metas previamente estabelecidas. Segundo dados fornecidos pela Secretaria, em 2004 as unidades gerenciadas por essas entidades tiveram um custo médio de internação 25,1% inferior àquele obtido nas unidades diretamente

quem a experimenta: após terceirizar seus estoques de medicamentos e artigos hospitalares, a prefeitura de Itu realiza agora uma licitação para entregar aos cuidados de uma empresa os serviços hoje realizados em seu laboratório de análises clínicas.

"Com essa terceirização, poderei trabalhar com os mesmos preços hoje praticados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sem precisar investir nos caros

administradas pelo governo, embora tenham internado 43,2% mais pacientes. Além disso, recentemente o Banco Mundial divulgou um estudo recomendando o modelo de OSS para os países desenvolvidos e em desenvolvimento. A Secretaria também apresenta alguns dados com os quais busca mostrar o apoio da população à qualidade dos serviços das unidades geridas pelas OSS – por exemplo, uma pesquisa do Ibope, na qual 95% diz estar satisfeita com essa gestão. Este ano, a Secretaria Estadual de Saúde repassará às prefeituras R\$ 167 milhões em recursos extras (esse valor não inclui recursos oriundos do Sistema Único de Saúde nem o dinheiro repassado diretamente às Santas Casas e às instituições filantrópicas que atendem por esse sistema). No ano passado, o valor total desses repasses extras somou R\$ 165,7 milhões.

equipamentos necessários a esse laboratório", justifica Campos. Segundo ele, as atividades terceirizadas consomem atualmente cerca de 10% do orçamento da Secretaria de Saúde de Itu, que este ano atingirá R\$ 32 milhões.

Em Guarulhos, de acordo com Capucci, os serviços terceirizados absorvem aproximadamente 8,5% do orçamento da Secretaria. Entre outros, os serviços terceirizados incluem a

administração de uma unidade de pronto-atendimento pela Santa Casa e a contratação, via entidades assistenciais e filantrópicas, de profissionais que atuam em algumas unidades do Programa Saúde da Família. "A terceirização de serviços é uma alternativa interessante, pois uma rede de parceiros gerenciados pelo governo municipal e controlados pelos usuários do SUS fortalece o sistema e amplia as alternativas de oferta de serviços de saúde", afirma Capucci.

POLÉMICA

A concessão da gestão de unidades de saúde a terceiros – mesmo sendo instituições ligadas a faculdades ou associações filan-

trópicas, que na realidade são entidades de direito privado – é criticada por Cid Carvalhaes, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, que cita vários argumentos contrários a essa terceirização. Por exemplo: falta de licitações para a escolha dos

Há porém, de acordo com Carvalhaes, um problema ainda mais grave: "Como a gestão terceirizada obedece a uma lógica mercantilista, ela trabalha com um processo de seleção que privilegia os pacientes que gerarão menores custos", ele afirma. Para Carvalhaes, os prefei-

Não há porém o risco de adoção, nas unidades de saúde colocadas sob a gestão de OSS ou entidades similares, da mesma lógica de trabalho empregada pelas empresas privadas, afirma Mansur, da Unifesp/APDM. "Nos contratos de gestão dos hospitais, o poder público é quem estabelece as metas, quantitativas e qualitativas, a serem atingidas pelos gestores. Isso inclui, por exemplo, as metas de internações e exames", ele diz.

Segundo Mansur, mesmo sendo caracterizada como instituição de direito privado, a APDM "é uma entidade sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal".

Ele cita, como comprovação adicional da qualidade da gestão da Unifesp/SBDM nos hospitais colocados sob seus cuidados, a recente qualificação de duas dessas unidades – localizadas em Diadema e Taboão da Serra – ao nível mais elevado da classificação com a qual trabalha a Organização Nacional de Acreditação (ONA), entidade não-governamental dedicada à análise e à certificação da qualidade dos serviços de saúde. "Além deles, apenas mais um hospital público já obteve essa classificação", orgulha-se Mansur. ■

Itu abre licitação para entregar o laboratório de análises clínicas a empresa terceirizada

novos responsáveis pela gestão das unidades de saúde, prestações de contas nunca muito detalhadas e a ausência de mecanismos capazes de assegurar o controle social das unidades de saúde cuja gestão é terceirizada, entre outros.

tos não podem defender a terceirização argumentando ser difícil gerir os serviços de saúde, pois isso equivaleria a confessar incapacidade para administrar os serviços públicos, entre os quais deve, até mesmo por exigência constitucional, ser incluída a saúde.



Home Care Medical gerencia o abastecimento de medicamentos de quatro municípios

ASFALTO

A BAIXO CUSTO

Máquina Processadora de Asfalto



MP 10

Usina de Pré Misturado a Frio



UP 40

Usina de Pré Misturado a Frio



UP 20

Usina de PMF e Lama Asfáltica



MD 1000

Vibro Acabadora **VA 500**



Espargidor



EP 2500

CONISHI

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA.

Tel. 17 3522-8836 / Fax. 17 3522-8095

www.conishi.com.br vendas@conishi.com.br

Av. Com. Antonio Stocco, 230 - Pq. Joaquim Lopes - 15800-610 - Catanduva - SP

Check-up do Estado

Investimentos em novos hospitais, reformas, criação de institutos e fábrica de remédios deixam a Saúde de São Paulo em dia

Por Camila Plati

Nos últimos anos, a área da Saúde no Estado de São Paulo tem recebido uma atenção especial por parte do governo do Estado. O aumento do número de leitos nos hospitais estaduais é um dos índices que comprovam essa prerrogativa.

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Saúde, em 2001 existiam 13.863 leitos. Número que cresceu para 15.710 em 2006.

Este fato deve-se aos novos hospitais entregues à população e a reformas nos já existentes. Entre 1995 e 2005, foram implantados 20 novos hospitais, disponibilizando cerca de 4 mil novos leitos, com um investimento total de R\$ 965 milhões.

O interior de São Paulo recebeu dois novos hospitais: em Bauru e Sumaré. Já o Hospital Regional do Vale do Paraíba, que era da iniciativa privada, foi adquirido e

reformado pelo Estado; e a Santa Casa de São José dos Campos passou por reforma e, com isso, teve dobrado o seu número de leitos.

Na Grande São Paulo, sem contar a capital, foram inaugurados nove hospitais: em Carapicuíba, Santo André, Diadema, Guarulhos, Itapevi, Taboão da Serra, Francisco Morato, Itaquaquecetuba, e Itapecerica da Serra. Nessa mesma região, há o Luzia de Pinho de Melo, em Mogi das Cruzes, que foi ampliado e teve o número de leitos dobrado.

Só na capital, são seis novos: em Sapopemba, Pedreira, Itaim Paulista, Grajaú, Sapopemba e Vila Alpina.

Estes novos hospitais beneficiaram cerca de 25 milhões de pessoas, sendo 18 milhões na Grande São Paulo; 3,6 milhões na região de Campinas; 1,1 milhão em Bauru e 2,1 milhões no Vale do Paraíba e litoral norte.



Divulgação: Paulo César Aleixo/Divulgação

REFORMAS

Em 2003, foi reiniciada a obra do Instituto Doutor Arnaldo, antigo Instituto da Mulher. Em maio de 2005, foi iniciada a última fase das obras para a conclusão do Instituto. A entrega total do Instituto está prevista para o segundo semestre de 2006. Ao todo, serão mais 726 leitos (quase 3 mil vezes mais do que o projeto inicial), distribuídos em 28 pavimentos da unidade – serão 80 mil metros quadrados de construção.

Integrado ao Hospital das Clínicas, o Instituto terá como foco o tratamento a transplantados e a vítimas de câncer, além de sete andares exclusivos para o atendimento à mulher e gestantes de alto risco.

O Instituto de Cardiologia Dante Pazzanese também foi ampliado. Ao todo, o hospital passou de 245 para 492 leitos, com um investimento de R\$ 58,5 milhões. Com isso, tornou-se o maior centro de cardiologia do Brasil, à frente até mesmo do Incor.

O Hospital Infantil Darcy Vargas também passa por ampliação. O número de leitos subiu de 70 para 112, e ainda houve um acréscimo de oito novos leitos de UTI, totalizando 15 leitos de terapia intensiva.

Já o Hospital de Ferraz de Vasconcelos ainda está passando por reformas. Na primeira fase da obra, o hospital ganhou um hospital-dia, ambulatório e laboratório e ganhará leitos ativos, ficando com 232 leitos, ampliando a capacidade de atendimento à população. Ao todo, serão 32 de UTI (12 adultos e 20 neonatais), 22 no pronto-socorro e 166 de internação. Além disso, serão oferecidos atendimentos em clínica médica, cirurgia e obstetrícia.

INOVAÇÕES

O Estado de São Paulo abriga um dos maiores centros de pesquisa biomédica, o Instituto Butantan. Criado em 1889, para combater um surto de peste bubônica que se propagava no Porto de

Divulgação Tatiana Villa



Instituto Butantan ganhará uma fábrica de vacinas contra a gripe com capacidade de produzir até 40 milhões de doses

Santos, na Fazenda Butantan foi instalado o primeiro laboratório de produção de soro antipestoso, vinculado ao Instituto Bacteriológico, hoje Instituto Adolfo Lutz.

Esse laboratório, mais tarde, passou a produzir soros e vacinas, desenvolver pesquisas e, com isso, tornou-se internacionalmente conhecido.

Hoje, o Instituto desenvolve estudos e pesquisa básica na área de Biologia e Biomedicina, relacionados, direta ou indiretamente, com a saúde pública e realiza

missões científicas no país e no exterior.

Graças a isso, ainda em 2006, o Instituto ganhará uma fábrica de vacinas contra a gripe, que produzirá para todo o Brasil, com área de mais de 10 mil metros quadrados e capacidade para produzir até 40 milhões de doses por ano.

A quantidade de 20 milhões de doses já é suficiente para atender a toda a demanda nacional, o que poderá gerar uma economia de R\$ 100 milhões aos cofres federais. Os outros 20

Divulgação Mauricio Klar



Nova fábrica da Furp produzirá anti-hipertensivos, antidiabéticos, antiinflamatórios e cardiotônicos

RECURSOS ESTADUAIS APLICADOS EM SAÚDE ENTRE 2001 E 2005		
Ano	R\$	% conforme EC 29/2000
2005	5.750.427.885,48	12,95
2004	5.474.145.875,95	13,74
2003	4.364.621.987,65	12,26
2002	3.857.797.570,41	11,76
2001	3.294.620.000,00	11,15

Fonte: Siops / Ministério da Saúde

milhões excedentes poderão ser exportados.

Além do produto contra a gripe, o Butantan desenvolverá imunizantes contra o rotavírus, HPV, coqueluche e hepatite B, juntos em apenas uma vacina; pneumonia; além das vacinas Pertussis, contra a coqueluche; e DPT hepatite B – hemophilus B.

A produção dessas vacinas será viável devido a parceria do Butantan com

o Instituto de Saúde dos Estados Unidos.

INVESTIMENTO

A Fundação para o Remédio Popular (Furp) administra atualmente a maior fábrica pública de remédios do país, localizada em Guarulhos. Porém, ainda este ano, será inaugurada uma nova fábrica em Américo Brasiliense, que se somará à primeira unidade.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE

O modelo de Organizações Sociais de Saúde (OSS) foi implementado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em 1998. Atualmente, esse sistema atinge 22 hospitais e centros de saúde estaduais.

A remuneração das OSS, entidades sem fins lucrativos, é feita por meio de um contrato de gestão. O Estado tem a responsabilidade da manutenção financeira desses hospitais e controla onde e como é investido o dinheiro público.

Por outro lado, as OSS devem cumprir as metas de produção exigidas em contrato, como atendimento, qualidade e satisfação da população. Segundo pesquisa do Ibope, a satisfação média dos usuários, no caso dos hospitais estaduais geridos por OSS, é de 95%. Além disso, sob o ponto de vista gerencial, as unidades sob esse sistema têm provado que são modelo de eficiência e economia.

Um balanço comparativo da Secretaria revelou que as uni-

dades estaduais gerenciadas por OSS, em 2004, tiveram um custo médio de internação 25,1% menor do que as unidades de administração direta, embora tenham sido internados 43,2% mais pacientes.

O levantamento reuniu 13 hospitais gerenciados por organizações sociais e outros 13 da administração direta com perfis, níveis de complexidade, números de leitos, plantas físicas e orçamentos semelhantes.

Além disso, o Banco Mundial divulgou um estudo em que recomenda o modelo de OSS para países desenvolvidos e em desenvolvimento como nova forma eficaz de gestão pública. Segundo esse documento, os hospitais do governo do Estado gerenciados por entidades não-governamentais tiveram, em 2003, produtividade 35% superior às unidades de administração direta e custos 25% inferiores aos dos hospitais públicos tradicionais.



Instituto Dante Pazzanese: Com a reforma, o hospital passou de 245 para 492 leitos

Inicialmente, as linhas de produção da Furp incluirão anti-hipertensivos, antidiabéticos, antiinflamatórios, cardiotônicos e 17 produtos injetáveis em ampolas. Serão cinco linhas de produção de medicamentos sólidos, com capacidade para produzir 1,2 bilhão de comprimidos por ano. Haverá, ainda, uma linha de produção de injetáveis, com capacidade para fabricar 21,6 milhões de ampolas por ano.

Por meio da Furp, foram implementadas, em 2004, as primeiras dez unidades das Farmácias Dose Certa, com o objetivo de facilitar o acesso da população aos 41 medicamentos do Programa

Dose Certa, produzidos pela Fundação. Essas unidades estão localizadas em estações do metrô, como Barra Funda, Clínicas, Santana, Saúde, Tucuruvi, Ana Rosa, Brás, Carrão, Itaquera e Sé.

Em 2005, foram comemorados dez anos do Programa e mais nove unidades foram inauguradas em estações de trem, num terminal de ônibus e em hospitais.

Os medicamentos distribuídos cobrem cerca de 80% das doenças mais comuns e são fornecidos mediante apresentação de receita médica de serviços públicos de saúde, dentro do prazo de validade e com o nome do princípio ativo do medicamento. ■■■

Página da história

Nesta edição, mostramos importantes momentos do 35º Congresso Estadual dos Municípios, ocorrido de 16 a 20 de abril de 1991, no município de Guarujá

Carlos Cruz



Foto: Arquivo APM

Cumprindo a tradição de nossos Congressos, o então vice-governador Aloysis Nunes Ferreira compareceu à sessão solene de abertura e, no flagrante, visita a área de exposição acompanhado do presidente da APM, Lincoln Magalhães, e do prefeito de Guarujá, Waldyr Tamburus



Após proferir palestra no auditório central, o então secretário estadual da Habitação, José Machado de Campos Filho, passeia entre os congressistas e é flagrado em momento descontraído



Passeando entre companheiros correligionários, o então secretário estadual da Agricultura, deputado Barros Munhoz, e, no canto direito da foto, o atual presidente do Conselho Deliberativo da APM, Vick Nhola



Flagrante de um dia de atividades do auditório da Programação Feminina, testemunhando a freqüência, o interesse e o dinamismo das discussões ocorridas

Negócio global

Captação de resíduos gerados nos municípios vale dinheiro e colabora com o meio ambiente

Por Thiago de Christo

No ano de 2005, o mercado de créditos de carbono mundial movimentou cerca de US\$ 10 bilhões. Neste ano, a previsão do Banco Mundial é de que este mercado movimento entre US\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões. Mais de 30 milhões de toneladas de gases do efeito estufa são negociadas e o Brasil responde por cerca de 20% dos projetos credenciados na Organização das Nações Unidas (ONU). Considerando-se as posições da Índia e da China no cenário mundial, o país deve ficar com o terceiro lugar neste mercado.

Mas aqui há ainda grandes possibilidades econômicas na área, por causa dos projetos de energia renovável, aterros sanitários,

estações de tratamento de efluentes, resíduos animais e outros, geradores de crédito de carbono. Mais de 130 projetos já foram inscritos na Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas da ONU (órgão que coordena os projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo). Desse, cerca de 40 já foram certificados.

Particularmente no que

já gerados. Um milhão de toneladas de créditos, entre 2004 e 2005, com um projeto de geração de energia elétrica a partir do gás captado no aterro sanitário Bandeirantes, em São Paulo. O aterro recebe cerca de 50% dos resíduos gerados na capital paulista e a Biogás foi contratada pela prefeitura para fazer a captação de gás e a canalização para geração de energia.

Em 2005, o mercado de créditos de carbono mundial movimentou cerca de US\$ 10 bilhões

diz respeito aos aterros sanitários, há exemplos tangíveis de como gerar créditos de carbono e negociá-los internacionalmente. Em uma negociação recorde, o banco alemão KFW e a Biogás Energia Ambiental fecharam um acordo de venda de créditos de carbono

O KFW deve revender os créditos a seus clientes que precisam atingir metas de redução de carbono. Até 2012, o projeto ainda deve gerar 7 milhões de toneladas desses créditos. A prefeitura de São Paulo tem direito a 50% dos Certificados de Reduções de Emissões (CERs) com

o aterro, 25% ficam com a Biogás e 25% com o Unibanco, proprietário dos equipamentos de geração. Além de ganhar com o

5296/5005, publicado pelo Ministério das Cidades e realizado pela Manesco, Ramires, Peres, Azevedo Marques Advocacia. O

Este ano, a previsão do Banco Mundial é de que o mercado movimente de US\$ 25 bilhões a US\$ 30 bilhões

meio ambiente, o projeto tem capacidade de gerar 175 mil MWh/ano e é um dos poucos que foram auditados pela ONU e teve sua eficiência comprovada.

CRÉDITO MUNICIPAL

Os resíduos gerados em uma cidade são propriedade dos municípios; os créditos de carbono gerados com a captação dos gases emitidos por esses resíduos também. Esse e outros dados relevantes constam no documento Saneamento para Todos – O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo nos Empreendimentos de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos e O Impacto do Projeto de Lei nº

estudo pode ser encontrado no site do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (www.snis.gov.br), no link Publicações.

Encomendada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a publicação apresenta modelos jurídicos referentes à utilização de créditos de carbono para a realização de projetos em aterros sanitários.

De acordo com a advogada Tatiana Cymbalista, que coordenou a elaboração, o estudo está estruturado em quatro tópicos: análise do Projeto de Lei nº 5296/05, descrição rápida e objetiva do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e de

como ele poderia auxiliar na construção, regularização, desativação e recuperação de aterros sanitários, viabilização de empreendimento, e certificação de emissões de carbono.

A apostila pode ajudar os municípios na implementação de projetos na área ambiental. “Há muito a ser feito nos municípios, seja para a regularização, recuperação ou desativação de aterros. E os créditos de carbono podem viabilizar projetos de financiamento de longo prazo, com participação intensa da iniciativa privada”, diz Cymbalista.

As prefeituras cabe, então, estabelecer parcerias

do aproveitamento do gás metano liberado por lixões para geração de energia no Rio de Janeiro e na Bahia; dos projetos baseados no seqüestro de carbono, que consistem em retirar da atmosfera gases do efeito estufa por meio de reflorestamento e proteção ambiental; projetos de substituição de combustível fóssil por energia limpa e outros.

De acordo com o secretário-executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, José Gonzalez Miguez, em declaração ao jornal *Valor Econômico*, “o Brasil tem potencial para gerar 20 milhões

Mais de 30 milhões de toneladas de gases do efeito estufa estão sendo negociadas atualmente

público-privadas para atingir os melhores resultados nestes projetos e em outros de caráter ambiental.

A exemplo da criação de parques eólicos (geração de energia pelo vento);

de toneladas de crédito de carbono ao ano. Se o preço médio for de US\$ 5 por tonelada, isso equivale a um aporte financeiro de US\$ 100 milhões para o país”.

Créditos de carbono – O que são e para que servem

Com a flexibilidade dos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), criou-se a unidade que seria negociada no mundo todo para emissões de gases do efeito estufa. Os Certificados de Reduções de Emissões (CREs), conhecidos como créditos de carbono, são adquiridos por empresas não-poluidoras e negociados com governos e empresas poluidoras estrangeiras.

Todos os projetos são certificados por órgãos internacionais, como o Banco Mundial, e negociados em bolsas de valores.

No Brasil, o Mercado Brasileiro de Reduções de Emissões (MBRE) tem como parceiros de realização a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e consiste na abertura

de negociação de créditos de carbono entre empresas geradoras de créditos e outras compradoras. A partir de setembro de 2005, com a implantação do Banco de Projetos, a BM&F registra projetos certificados por entidades designadas pela ONU e acolhe idéias sobre

Os créditos são adquiridos por empresas não-poluidoras e negociados com empresas poluidoras estrangeiras

projetos futuros que possam gerar créditos de carbono. Investidores interessados em fomentar projetos específicos também podem se cadastrar. A Europa também negocia internamente diversos ativos ambientais e até os Estados Unidos, que não ratificaram o Protocolo de Kyoto, estão de olho nos negócios do clima e têm sua própria bolsa de valores especializada, a Bolsa do Clima de Chicago.

Entenda o Protocolo de Kyoto

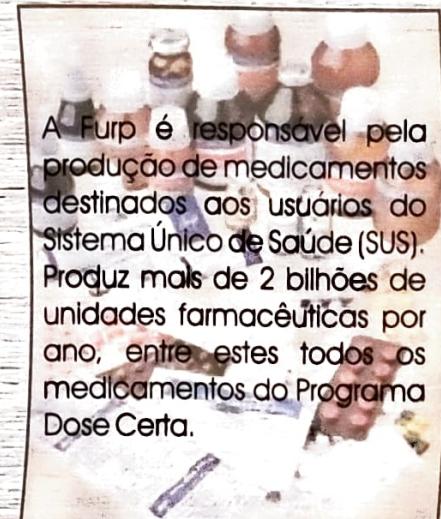
Em 1997, na cidade japonesa de Kyoto, um protocolo foi criado a partir das discussões sobre as mudanças climáticas mundiais. Pelo tratado, nações desenvolvidas devem reduzir seus níveis de emissão de gases do efeito estufa (GEE) em 5,2% até 2012, contra os níveis de 1990.

As ações para atingir as metas ambientais devem ser iniciadas a partir de 2008 ou antes, de acordo com os planos de cada país. Entre elas estão a reforma dos setores de energia e transportes, a promoção de fontes energéticas alternativas às fósseis, e a proteção de florestas.

Se essas taxas forem respeitadas, são previstas reduções de temperatura na Terra da ordem de 0,02 °C e 0,28 °C até 2050, mas cientistas alertam que isso pode não ser suficiente para frear o aquecimento global. Uma das causas dessa suspeita é que o responsável por um quarto das emissões de gases do efeito estufa, os Estados Unidos, não ratificou o protocolo, sob a alegação de que as metas propostas influenciariam negativamente na economia norte-americana. O governo também questiona a ação humana como principal promotora das mudanças climáticas.



FUNDAÇÃO PARA O
REMÉDIO POPULAR



A Furp é responsável pela produção de medicamentos destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Produz mais de 2 bilhões de unidades farmacêuticas por ano, entre estes todos os medicamentos do Programa Dose Certa.

Certificada pela Anvisa e ISO 9001



CONTATOS:

(11) 6423-6210
(11) 6423-6222
(11) 6423-6223

www.furp.sp.gov.br

COMPRAS PELA INTERNET:

pweb@furp.sp.gov.br



SECRETARIA
DA SAÚDE

FUNDAÇÃO PARA O
REMÉDIO POPULAR

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

R. Endres, 35 - Guarulhos - SP

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é um dos três itens presentes no Protocolo de Kyoto que incentivam a cooperação e a

na forma de créditos, que vão contribuir para a diminuição das taxas de emissão de gases do efeito estufa da Rússia. Há vários tipos de projetos que podem ser via-

Este mecanismo incentiva a cooperação entre os países obrigados a reduzir as taxas de emissão de gases e outras nações em desenvolvimento

flexibilidade entre o grupo de países obrigados a reduzir suas emissões e o outro composto das nações não comprometidas com as metas ambientais.

Os países do primeiro grupo, desenvolvido, podem investir em projetos que reduzam a poluição em países em desenvolvimento.

Por exemplo, uma empresa na Rússia deseja reduzir suas emissões de gases do efeito estufa, mas não pode fazê-lo em seu país. Então, financia um projeto de produção de biomassa em países em desenvolvimento que reduz o uso de combustível fóssil.

Esse financiamento de energia renovável retorna para o investidor



Espírito empreendedor

Município investe na atualização de profissionais para ampliar sua capacidade de produção

Por Iara Martins

AEstância Turística de Ibitinga é conhecida como a capital nacional do bordado – e não é para menos. A cidade possui 860 empresas legalizadas no segmento e, aproximadamente, 500 que trabalham de maneira informal, entre lojas e indústrias, o que faz com que cerca de 80% da po-

Porém, o verdadeiro segredo do sucesso continua sendo a mão-de-obra, com acabamentos e processos artesanais, que se especializa a cada dia.

Para contribuir com essa especialização e aumentar a qualidade de seus produtos, o município tem investido cada vez mais em iniciativas empreendedoras e

Ao todo, são 860 empresas legalizadas no segmento do artesanato e cerca de 500 que atuam de maneira informal

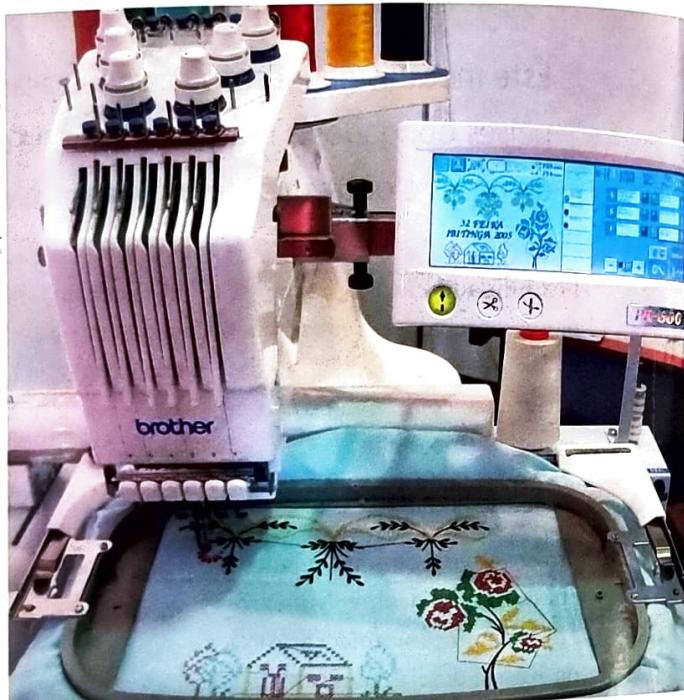
pulação viva direta ou indiretamente da produção e comercialização desse tipo de artesanato.

Graças a isso, a cidade recebe visitantes e compradores de todas as regiões do país e do mundo para adquirir produtos com qualidade e bom preço. Para atender a essa demanda, nos últimos anos aprimorou as máquinas e os produtos utilizados na fabricação das confecções bordadas.

innovadoras, como a Escola Técnica e o Posto de Atendimento ao Empreendedor (PAE), que tem como objetivo auxiliar os empresários na ampliação de seus negócios.

A Escola Técnica Profissionalizante é uma parceria da prefeitura com o governo do Estado, com o Sindicato das Indústrias e Comércio de Bordados de Ibitinga (Sindibobi) e com o Instituto Paula

Divulgação/Prefeitura de Ibitinga/Silvana Rossi



Cerca de 80% da população vive da produção e comercialização do bordado

Souza – instituição que organiza o processo seletivo dos vestibulinhos –, e tem como foco promover a capacitação dos profissionais do bordado.

Por meio da escola técnica, a estância turística pretende aumentar ainda mais a qualidade de seus produtos com os mais modernos recursos tecnológicos

do segmento e professores altamente capacitados.

Com a implementação, o município investiu cerca de R\$ 80 mil entre a reforma e adaptação do prédio, que conta com um espaço físico de 905 m², que futuramente serão somados a mais 500 m². A escola contará, ainda, com sala de informática, equipamentos audiovi-

suais de ponta e aqueles relacionados aos cursos oferecidos.

Os cursos oferecidos serão de Gestão de Produção de Enxovals e Decoração, de Desenho de Produtos e

gestão financeira, gestão de recursos humanos, acesso a mercados (nacional e internacional), pesquisas, entre outros.

O Posto de Atendimento ao Empreendedor (PAE)

sáveis pela cessão do local, móveis, equipamentos, materiais de escritório necessários para a operação e recursos humanos.

Já o Sebrae-SP é responsável por estruturar o serviço e caracterizar o ambiente.

A função do PAE é atender às necessidades dos clientes que buscam informações e orientações para gestão de seu atual ou futuro negócio. O objetivo desse atendimento é encaminhar o empreendedor para que ele possa tomar a decisão acertada para a solução de seu problema.

Durante o atendimento, são identificadas quais são as necessidades e oferecidos os produtos ou serviços do

Enxovals e Decoração, com disponibilidade de 40 vagas para cada curso. Os alunos realizaram a prova de vestibulinho e começaram suas atividades estudantis no mês de agosto.

INCENTIVO PROFISSIONAL

O Sebrae-SP, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), trabalha com o desenvolvimento do setor de cama, mesa, banho, cortina e enxoval de bebê de Ibitinga por meio do Projeto Arranjo Produtivo Local (APL), que propõe diversas ações para o grupo-piloto – composto de 36 empresas da região –, responsável por uma movimentação financeira em torno de R\$ 8 milhões mensais.

Há três anos e meio, esse projeto desenvolve ações com foco na capacitação em áreas como gestão empresarial, produção, vendas, planejamento estratégico,

virá somar a esse projeto e pretende provocar uma articulação entre os empreendedores e os projetos locais de interesse da região.

“O Sebrae tem sido um fomentador do avanço tecnológico e da capacitação profissional das empresas, guiando-as para a produção de produtos e serviços de qualidade”, diz o prefeito de Ibitinga, Florisvaldo Antônio Fiorentino.

Os postos têm características especiais de constituição. Para sua abertura é necessário que haja a parceria de três ou mais parceiros que compartilhem os mesmos objetivos do Sebrae-SP.

No caso de Ibitinga, a parceria é formada pelo Sebrae-SP, através do Escritório Regional (ER) de Araraquara, pela prefeitura, pela Câmara dos Vereadores e pelo Sindicato das Indústrias e Comércio de Bordados de Ibitinga. Os parceiros são respon-



O Sebrae tem sido um fomentador de tecnologia

Sebrae ou de seus parceiros, de forma personalizada e específica para cada situação.

Dessa forma, o empreendedor pode iniciar, orientar e ampliar seus negócios, viabilizar parcerias promissoras e alcançar novas oportunidades de negócios. ::

TRABALHO RECONHECIDO

Ibitinga foi agraciada mais uma vez com o Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor. Tal prêmio foi criado para destacar iniciativas das administrações municipais que objetivam o surgimento de novas micro e pequenas empresas ou ainda cria condições para que as empresas já estabelecidas possam ampliar suas capacidades de sobrevivência.

Para o prefeito Florisvaldo Antônio Fiorentino, a conquista é agente de ânimo para continuar o seu trabalho de promover o crescimento das pequenas e médias empresas do município, além de projetar a

estância no cenário nacional como produtora de serviços de alta qualidade. O objetivo do prêmio é criar maneiras de catalogar as experiências de sucesso e divulgar para as administrações que não saibam ou não possuam condições técnicas e estruturais para implantar boas práticas gerenciais em seus municípios.

É por meio dele que o Sebrae Nacional difunde as condições necessárias para que o programa seja bem desenvolvido e atue de maneira satisfatória para o crescimento e desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Comissões Censitárias Municipais

Instituto convida representantes de todas as cidades do país para acompanhar e colaborar com levantamentos

O IBGE está implementando as Comissões Censitárias Municipais (CCMs), com a finalidade de propiciar uma atuação conjunta entre o IBGE e as comunidades locais.

A realização do Censo Agropecuário e da Contagem da População, em operação conjunta, é um projeto de âmbito nacional muito importante para toda a sociedade brasileira.

O acompanhamento dos trabalhos, de forma bastante transparente, desde as etapas preparatórias até a fase da coleta das informações, por meio das CCMs, visa garantir o máximo de qualidade.

Para tanto, o IBGE está convidando representantes municipais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também de instituições da sociedade

civil, para acompanhamento e direta colaboração nas atividades do Censo Agropecuário e da Contagem da População, que serão realizados a partir de abril de 2007, garantindo, assim, a transparência e a qualidade das informações levantadas.

Essas Comissões poderão ajudar, por exemplo, na divulgação das operações censitárias e na sensibili-

zação da população para responder corretamente às perguntas dos recenseadores, bem como na oferta de meios de transporte para as equipes de campo e em outros pontos, visando fornecer as melhores condições e apoio logístico, principalmente em função do grande interesse social dos resultados do Censo Agropecuário e da Contagem da População. ::

Em vez de papel, computadores de mão

No Censo Agropecuário e na Contagem da População de 2007, o tradicional questionário em papel será substituído pelo computador de mão ou *Personal Digital Assistant* (PDA).

A inovação trará inúmeras vantagens: a crítica imediata, no momento em que os dados estiverem sendo digitados, possibilitando eventuais correções no ato da entrevista; o preenchimento de todos os quesitos obrigatórios, evitando a não-resposta por esquecimento ou erro do recenseador;

o preenchimento dos dados a partir de saltos automáticos no formulário, dispensando a passagem por quesitos para os quais eventualmente não há informações e otimizando o tempo; a atualização imediata do Cadastro de Endereços; a transmissão dos dados ao longo do período de coleta, propiciando a análise de informações; e a eliminação da etapa de entrada de dados a partir de questionários em papel, que representará ganhos de qualidade e de tempo na divulgação dos resultados. ::

Procure o IBGE por meio de vários canais de atendimento, inclusive pela Rede de Agências, composta de cem unidades, estrategicamente instaladas por todo o Estado de São Paulo, ou por intermédio do Setor de Documentação e Disseminação de Informações, instalado no prédio da sede estadual, à Rua Urussú nº. 93, Itaim Bibi, São Paulo, SP, pelos telefones (11) 2105-8200, 2105-8281, 2105-8231, 2105-8210 e 2105-8212.

Contagem da População

A Contagem da População fornece dados atualizados para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), feita a partir das projeções e estimativas populacionais que o IBGE divulga anualmente desde 1989.

Para esse cálculo, o Instituto faz uso de técnicas que levam em conta as tendências de crescimento da população verificadas no período entre os Censos Demográficos (feitos a cada dez anos) e os fatores que compõem sua dinâmica demográfica (nascimentos, óbitos e migrações).

As projeções e estimativas populacionais também alimentam as bases de informações de ministérios e secretarias estaduais e municipais da área social, para a formulação e implementação de políticas públicas.

São ainda um instrumento poderoso para subsidiar, por exemplo, as



Em 2010, o Censo atualizará a população de todo o país

campanhas nacionais de vacinação, a avaliação das matrículas escolares, bem como são extremamente úteis ao planejamento da oferta de serviços para crianças, adolescentes, jovens, pessoas em idade ativa e idosos. Por fim, fornecem subsídios para a obtenção da tábua completa de mortalidade, que o IBGE divulga a cada ano e que é utilizada no cálculo do fator previdenciário.

Tendo em vista o orçamento previsto, não será possível contar a população

de todos os 5.564 municípios brasileiros em 2007. Considerando que a distribuição anual do FPM depende da atualização das populações municipais, o IBGE optou então por contar a população (rural e urbana) dos municípios com menos de 170 mil habitantes. Esse recorte corresponde ao limite inferior da última faixa de população que determina os coeficientes de distribuição do FPM (156.217 habitantes), acrescido de uma margem de segurança. Para as cidades com mais de 156.217 habitantes, o coeficiente usado para distribuição da verba do fundo passa a ser fixo, ou seja, não importa quantos habitantes elas têm, o coeficiente será sempre o mesmo.

Em 2010, o Censo Demográfico atualizará a população de todos os 5.564 municípios brasileiros. ::

Censo Agropecuário

O Censo mostra as mudanças que ocorreram no setor desde o último levantamento desse porte, realizado em 1996, como os resultados das políticas macroeconômicas (consolidação dos ganhos do Plano Real) e de programas governamentais específicos (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – e Programa de Reforma Agrária); a efetiva

ocupação das áreas de fronteira agrícola, a combinação de práticas agroecológicas e modernas de cultivo em regiões frágeis do ponto de vista socioambiental; os ganhos de produtividade e a valorização mais recente de determinadas culturas, entre outros.

As informações atualizadas sobre aspectos econômicos, sociais e ambientais da atividade agropecuária

são fundamentais para a elaboração e acompanhamento de políticas públicas; para a melhor alocação de recursos, tanto no governo federal quanto em governos estaduais e municipais; e como subsídio ao planejamento direcionado à inclusão de populações e regiões ao desenvolvimento sustentável e integrado da atividade agropecuária e do país. ::

Oportunidades à vista

Administração pública apostava em pólos industriais para atrair interesse estrangeiro, movimentar a economia local e gerar empregos

Foto: Images/Silvano Lardentti



Por Viviane Nunes

Desenvolver para crescer. Essa tem sido a palavra de ordem mundial, em que a economia está favorável e a tendência é de expansão dos investimentos produtivos na América Latina.

Nesse contexto, é natural que o Brasil chame a atenção de investidores estrangeiros, pelo tamanho de sua economia, condições

de clima, solo e retorno de capital, e um mercado consumidor potencial de 190 milhões de habitantes.

O cenário é propício para o desenvolvimento das cidades, por meio de distritos industriais que contribuem para o crescimento de todos os setores, gerando economia de escala e emprego.

Alguns municípios têm

investido em infra-estrutura, mão-de-obra qualificada e desoneração de impostos como alternativas para atrair investimentos externos – e já colhem os resultados.

PINDAMONHANGABA

Geograficamente privilegiada, a cidade está situada entre São Paulo e Rio de Janeiro, além de ficar próxima ao sul de

Minas. Por ser cortada pela Rodovia Presidente Dutra, fica mais fácil o escoamento da produção até os grandes centros e o porto de São Sebastião.

O município possui um polo industrial bastante diversificado com base na indústria de transformação – sobretudo metalurgia. A cidade abriga atualmente importantes empresas, como

a Novelis (antiga Alcan), a Villares e a Confab, que se instalaram no município na década de 70 e, desde então, têm aumentado anualmente sua produção.

Outras empresas de destaque também escolheram a cidade para suas instalações, como a Basell Polyfenas – que produz compostos para a indústria automobilística – e a Aleris reciclagem de alumínio, que atua em conjunto com a Novelis.

De acordo com o prefeito de Pindamonhangaba, José Antonio Salgado Ribeiro, estão sendo feitos investimentos para o desenvolvimento industrial do município em outros setores da economia.

O esforço já mostra resultados com a recente instalação da ETR Óleo de Mamona – impulsionada pelos incentivos do governo federal ao biodiesel – que deverá produzir inicialmente 50 toneladas de óleo de mamona por dia e poderá gerar 2.500 empregos no campo, entre plantio, colheita e secagem da mamona.

Recentemente, Pindamonhangaba foi convidada a participar de uma das maiores feiras do mundo – a Cibustec, em Parma, na Itália. “Estamos capacitando interessados, participamos da feira Brasil-Itália, promovida pela Fiesp, fizemos contatos

com empresários italianos e participamos de rodas de negócios com 34 empresas interessadas em se instalar no Brasil”, relata Ribeiro.

Se tudo ocorrer como os diretores do setor de desenvolvimento econômico esperam, o pólo industrial de Pindamonhangaba estará com aproximadamente 8 mil novos trabalhadores nos próximos dez anos.

Com a vinda dos italianos e se a cidade fechar um outro negócio com um grupo multinacional (vários países), Pindamonhangaba abrirá aproximadamente 30 mil novos postos de trabalho nos próximos dez anos e o orçamento – que hoje é de R\$ 180 milhões – deverá atingir R\$ 1,5 bilhão.

Para apoiar os micro e pequenos negócios, a cidade

está criando também um distrito para abrigar as empresas que cresceram em diversos pontos da cidade e que precisam migrar

empresas adquirentes de áreas numa gleba de 88 hectares (880 mil metros quadrados) terão toda a infra-estrutura indispensável

Incentivada pelo governo federal, a produção de óleo de mamona em Pinda poderá gerar 2.500 empregos

para uma nova área com características propícias ao seu crescimento.

RIBEIRÃO PRETO

O prefeito Welson Gasparini, de Ribeirão Preto, tão logo assumiu seu atual mandato (é o quarto como chefe do executivo), priorizou a construção do Distrito Empresarial – obra que tem prazo para terminar ainda este ano. As 54

sávias para o crescimento de seu negócio. Gasparini garante que, “brevemente, esse Distrito Empresarial começará a gerar empregos e renda, cumprindo assim as finalidades para as quais foi criado”. Também para estimular a geração de empregos e a abertura de novas empresas, o prefeito reduziu o ISSQN de 5% para 2%, beneficiando vários segmentos, e autorizou a

Divulgação/Prefeitura de Pindamonhangaba



Pindamonhangaba possui um pólo industrial diversificado, com base na indústria de transformação, que abriga importantes empresas, como a Novelis, a Villares (foto) e a Confab



Divulgação/Prefeitura de Ribeirão Preto

Distrito Empresarial de Ribeirão Preto terá capacidade para abrigar 54 novas empresas em uma área de 88 hectares

Secretaria da Fazenda a atender reivindicações de contabilistas para agilizar a abertura de novas empresas. Isto foi feito e, atualmente, abrir uma nova empresa em Ribeirão Preto é muito mais fácil e rápido.

A assinatura do protocolo para a instalação do Parque Tecnológico de Ribeirão Preto, em dezembro de 2005, representou o coroamento de

Ribeirão Preto é hoje o 5º Pólo de Tecnologia do Estado de São Paulo (somando-se aos já existentes em São Paulo, São José dos Campos, São Carlos e Campinas).

LIMEIRA

O forte da atividade de Limeira atualmente é o setor de folheados e bijuterias, com 600 empresas na cadeia produtiva, que

Nos planos da prefeitura de Limeira, está a construção de um aeroporto, com investimento de R\$ 42 milhões

esforços no sentido de dotar a cidade desse instrumental indispensável ao aproveitamento do potencial oferecido pelo empresariado e pelas instituições universitárias do município. Com isso, Ribeirão

movimenta a maior parte da economia local, aliada à produção da citricultura, da cana-de-açúcar e produção de autopeças e ramo metalúrgico.

Segundo o prefeito Silvio

Félix da Silva, Limeira possui uma política de incentivos fiscais para atrair empresas de outras regiões:

- **IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)** – isenção de 75% no imposto do imóvel pelo período de dez anos consecutivos;

- **ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis)** – isenção de 75% sobre o valor do imóvel em que a empresa se instalará;

- **Taxa de Licença para execução de obras particulares** – isenção de 75% sobre os valores apurados durante

guera (1,3 milhão de m² e investimento de R\$ 2,9 milhões somente na compra da área), para empresas de grande e médio portes, e outro, perto da Rodovia dos Bandeirantes (R\$ 2,5 milhões de investimentos na área e na infra-estrutura, com área de 54 mil m²), para empresas de pequeno e médio portes, o que totaliza um investimento de quase R\$ 5,5 milhões. Nos planos do prefeito, também consta a construção de um aeroporto, com orçamento previsto em R\$ 42 milhões – valor que pode

Para estimular a abertura de novas empresas, Ribeirão Preto reduziu o ISSQN de 5% para 2%

a construção do imóvel em que a empresa se instalará;

- **Taxas relativas aos projetos de construção e/ou ampliação e obras civis** – isenção de 75% sobre o correspondente;

- **Taxa de Alvará da Vigilância Sanitária** – isenção de 75% do valor correspondente, somente para as empresas situadas nas Incubadoras de Empresa.

A partir disso, a prefeitura está recebendo empresas que querem se instalar na cidade viabilizando dois distritos industriais. Um, próximo à Rodovia Anhan-

ser alterado em função de mudanças, como a necessidade de recursos para as vias de acesso, por exemplo.

OSASCO

Osasco apostou em duas grandes vertentes para atrair novos investimentos, tanto internos quanto externos. Uma delas é sua localização privilegiada, que contribui muito em termos de logística para as empresas. A outra são os investimentos da prefeitura para potencializar essa característica.

Com uma população de aproximadamente 700 mil

habitantes, e uma economia que se destaca tanto pela forte presença industrial quanto pela intensa atividade dos setores de comércio e serviços, Osasco é hoje a 5ª maior cidade do Estado

para abrigar seus centros de distribuição, como a Panamco, que mantém na cidade o maior centro de distribuição de bebidas da América Latina; o McDonald's, que im-

mais 70 estabelecimentos, que geram 8 mil empregos. Já o Distrito Industrial Sul divide-se em Subdistrito Raposo Tavares e Subdistrito Rodoanel.

"Osasco atingiu, nas últimas décadas, tanto por sua localização como por sua intensa atividade econômica, uma posição privilegiada no cenário nacional", comemora o prefeito Emídio Pereira de Souza.

Uma das ações nesse sentido é a Incubadora de Empresas, fruto de um convênio entre a administração municipal, a Federação das

soluções para tornar a cidade mais atraente a novos empreendimentos.

Ainda com o objetivo de tornar a cidade mais atrativa, a prefeitura de Osasco também instituiu, no final de 2005, um novo Código Tributário, que reduziu alíquotas de ISSQN para 81 serviços. Elas tinham valor semelhante ao cobrado na capital paulista e foram equiparadas às vigentes nos municípios vizinhos.

No caso de estabelecimentos como oficinas mecânicas, de pintura, lavagem e polimento, a

A prefeitura de Osasco instituiu um novo Código Tributário, em 2005, para tornar a cidade mais atrativa

de São Paulo em termos de população e está entre os 23 municípios brasileiros com maior PIB (Produto Interno Bruto).

A malha rodoviária de Osasco contribui para a otimização da logística de diversas empresas. Prova disso é que grandes empresas escolheram a cidade

plantou em Osasco sua *Food Town*, condomínio de fornecedores para todo o país; e também o Carrefour, o Pão de Açúcar e a Avon.

A cidade também conta com distritos industriais. No da zona norte, estão 180 empresas de grande porte. No Parque Mazzei, são



Divulgação/Prefeitura de Osasco/César Greco

Osasco é a 5ª maior cidade de São Paulo em termos de população e está entre os 23 municípios brasileiros com maior PIB

Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O projeto, que está em fase de implantação, vai fomentar o surgimento de projetos inovadores na cidade, principalmente de pequeno e médio portes.

Outra medida foi a criação do Fórum de Desenvolvimento Econômico Sustentado, que congrega 30 entidades, entre empresas, sindicatos e instituições de ensino superior. Todos trabalham com a meta de encontrar

alíquota foi reduzida de 5% para 3%, medida que deverá beneficiar 2.045 estabelecimentos do setor. A mesma redução foi aplicada às academias de ginástica, dança, esporte, salões de beleza e barbearias, o que representa alíquotas menores para 1.118 estabelecimentos.

Outros exemplos de setores beneficiados com essa queda da alíquota são os de serviços de saúde, como clínicas médicas, veterinárias, de acupuntura, laboratórios e hospitais, e os serviços farmacêuticos.

GALERIA DE FOTOS

Agudos, parabéns pelos seus 108 anos de história!

Fotos: Divulgação/Prefeitura de Agudos



Um dos pontos turísticos



Praça Tiradentes



A cidade abriga cerca de 40 mil habitantes



O presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, Eduardo Piacenti, ladeado pelo presidente da Fiesp, Paulo Skaf (à esq.), e pelo vereador Dourival Lemes dos Santos (à dir.)



O presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, vereador Eduardo Piacenti, recebe o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rabelo, e o vereador rio-pretense Maurin Alves Ribeiro

Caso você tenha alguma foto de eventos do Legislativo e Executivo de sua cidade e queira publicá-la, envie para ouvidoria@apaulista.org.br para uma avaliação e posterior publicação neste espaço.

Ação pioneira

APM inova para transferir conhecimento a gestores públicos

No último mês de maio, a Associação Paulista de Municípios deu início a um projeto pioneiro e inovador. Com a criação do Canal APM Webcast é possível transmitir, ao vivo, palestras e treinamentos em vídeos pela internet.

O primeiro programa foi apresentado pela dra. Cibelle Rumell, da Graprohab, que falou durante uma hora sobre Plano Diretor para uma audiência média de 300 pessoas. Após a transmissão ao vivo, o programa ficou disponível no site da APM (www.apaulista.org.br) e já teve mais de 3 mil acessos.

O projeto APM Webcast tem o patrocínio da Bolsa de Valores de São Paulo e é produzido pela Usina3 Comunicação.

Durante as transmissões, enquetes são disponibilizadas para que o público ajude a escolher os temas

dos próximos programas.

Para assistir é preciso acessar o site da APM e fazer um simples cadastro. As transmissões são ao vivo e a audiência pode encaminhar perguntas ao apresentador ou participar de um bate-papo virtual durante o programa. Após serem transmitidos, os programas são armazenados no site da Associação e podem ser acessados a qualquer momento, sem os recursos interativos.

O próximo programa acontecerá no dia 31 de agosto, às 10h30, e será apresentado pelo Conselheiro do Tribunal de Contas do Es-

tado de São Paulo, Antonio Roque Citadini. Em sua palestra “O Estado e o Katrina”, ele abordará o papel do Estado em grandes catástrofes.

Participe e aproveite.

Alexandre Cerqueira
alexandre@usina3.com

Mais de 3 mil acessos ao primeiro curso on-line. Participe também desse projeto pioneiro e inovador!



Primeiro programa, sobre Plano Diretor, apresentado por Cibelle Rumell, teve audiência média de 300 pessoas

O Canal APM Webcast transmite, ao vivo, palestras e treinamentos em vídeos pela internet. Uma iniciativa da Associação Paulista de Municípios para transferir conhecimento a todos gestores públicos. Acesse o site da APM e saiba como participar.

Bioenergia: perspectivas para as novas gerações

Arnaldo Jardim

Aadoção de fontes energéticas mais limpas deixou a seara dos ambientalistas para ganhar *status* estratégico na agenda das potências mundiais. Não se trata mais de “bom-mocismo ambiental”, mas da necessidade premente de encontrarmos uma alternativa economicamente viável e menos nociva ao meio ambiente que os finitos derivados fósseis.

Estimulado pelas pesquisas que comprovaram a interferência do homem nas mudanças climáticas no mundo e com o fim anunciado da Era do Petróleo, montei no âmbito da Assembléia Legislativa a Frente Parlamentar pela Energia Limpa e Renovável.

Nestes cinco anos de existência, tive a oportunidade de promover e participar de vários eventos, no sentido de discutir questões concretas, como: a retomada da produção do álcool combustível, por meio do combate à adulteração e à sonegação, além da desoneração tributária, contribuindo, assim, para o sucesso de vendas dos veículos

dotados da tecnologia flexível (hoje, são mais de 1,2 milhão de unidades em todo o país); a ratificação do Protocolo de Kyoto e o nosso ingresso no mercado de créditos de carbono (que já movimenta cerca de US\$ 10 bilhões em todo o mundo); a expansão da co-geração de energia a partir do bagaço da cana na rede pública; o desenvolvimento tecnológico e científico de toda a cadeia produtiva, por meio da criação de cursos específicos na Fatec/ETE para o setor sucroalcooleiro; a discussão sobre as chamadas células de energia, quando trouxemos o prof. Jeremy Rifkin, um dos maiores especialistas na área; e, mais recentemente, a implantação do Programa Estadual de Biodiesel.

Acredito que este seja o papel do Parlamento: estar em

sintonia com o que acontece no mundo, discutir propostas e elaborar leis que garantam a estabilidade necessária para o crescimento das energias limpas e renováveis na nossa matriz energética, gerando empregos e renda no campo. Um trabalho árduo, mas que rendeu frutos importantes para definirmos o futuro do Estado, do Brasil e por que não do mundo.

Um importante passo foi dado recentemente. O presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), entidade que agrupa cerca de 50% da produção brasileira de açúcar e álcool, esteve no

Comitê de Relações Exteriores do Senado norte-americano para discutir a “Segurança Energética na América Latina”. Na ocasião, Carvalho defendeu uma parceria entre o Brasil e os EUA para consolidar um mercado global do álcool combustível, uma vez que, juntos, respondem por cerca de 34 bilhões de litros/ano, ou seja, 70% da produção mundial.

O papel do parlamentar é elaborar leis que garantam o crescimento das energias limpas e renováveis

A ampla experiência brasileira, construída ao longo dos últimos trinta anos, possibilitou não apenas utilizarmos um alto teor de mistura na gasolina, como também produzirmos carros movidos a álcool ou os atuais veículos flexíveis. Hoje, são mais de 33 mil postos espalhados pelo país que dispõem de uma bomba de álcool. Já os EUA têm expandido sua produção de álcool à taxa de 20% ao ano, consequência de políticas públicas adotadas para aumentar o consumo para 28,39 bilhões de litros, em 2012.

Essa parceria possibilitaria o impulso necessário para que o álcool fosse produzido e consumido em muitos países, por meio do estabelecimento de padrões comuns, cooperação técnica, projetos de pesquisa e, acima de tudo,

trabalho conjunto para ampliar o uso álcool em todo o mundo.

A proposta de transformar o álcool em uma commodity ambiental se sustenta a partir de um tripé: econômico, ambiental e social. Em termos econômicos, com o preço do barril de petróleo ultrapassando US\$ 60 o barril, o álcool brasileiro é extremamente competitivo, sem qualquer forma de subsídio. Do ponto de vista ambiental, trata-se do instrumento mais eficiente para combater o aquecimento global. Já no âmbito social, a alta taxa de geração de empregos e renda no campo fala por si.

Acredito que a experiência brasileira possa ser bem-sucedida em outras regiões tropicais do mundo, especialmente em países da América

Latina, África e do Sudeste Asiático. Assim, poderíamos impulsionar a substituição da gasolina por um combustível mais limpo e renovável, garantir a oferta, eliminar grandes distorções de preço, além de promover o desenvolvimento econômico de vários países, sejam eles desenvolvidos ou não.

Em suma, com o livre mercado e a adoção de mecanismos de transferência de tecnologia e *know-how* poderemos impulsionar um círculo virtuoso de desenvolvimento em todo o mundo. Um exemplo que pode ser seguido pelo nosso biodiesel e a co-geração de energia. Aliando preservação do meio ambiente, desenvolvimento econômico e social e garantindo, assim, novas perspectivas para as gerações futuras. :::



Arnaldo Jardim
Engenheiro Civil (Poli/USP) e Coordenador da Frente Parlamentar pela Energia Limpa e Renovável
arnaldojardim@arnaldojardim.com.br
www.arnaldojardim.com.br

A ampla experiência brasileira possibilitou também produzirmos carros movidos a álcool ou os atuais veículos flexíveis

Atenção, Prefeito!

Vai começar o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais



Para saber mais, acesse o site
www.apaulista.org.br

Convivendo com a Emenda Constitucional 51/06

Fábio Barbalho Leite

Publicada em 14 de fevereiro último, a Emenda Constitucional (EC) 51/06 é uma bomba de efeito quase imediato nos programas de atendimento familiar preventivo e no combate às endemias do Sistema Único de Saúde. Em síntese, ela determina que agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias só possam ser contratados diretamente pelo Estado (art. 2º). Levada ao pé da letra, tem-se assim criada uma inusitada carreira exclusiva de Estado, a espelho da magistratura, dos diplomatas etc. Vêm ainda disposições de menor relevância, como impositiva precedência de processo seletivo público para a contratação (nova redação para o art. 198, § 4º) e a dispensa do processo seletivo para a contratação daqueles que, não contratados diretamente pelo Estado, tenham se submetido a processo seletivo supervisionado pelo Estado (art. 2º, § único da EC). À lei ficou o encargo de disciplinar o regime jurídico dessas novas carreiras de Estado, o que foi feito pela Medida Provisória (MP) nº 297/06, que cria milhares de concorrentes empregos públicos.

Faltou coerência na EC 51/06. Se a preocupação fosse melhor atender à população, deveria também ser determinado que doenças e endemias somente poderiam ocorrer se previamente contratadas pelo Estado, com prévio concurso público para o tratamento impessoal dos micro-

organismos e patologias. Ou mais: deveria ter sido determinado que doenças e endemias não poderiam ultrapassar o quanto proporcionalmente compatível com os limites de gasto com pessoal impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Aí, sim, embora ridículo, haveria um mínimo de coerência do legislador constituinte e de aparente preocupação com o atendimento sanitário dos cidadãos. O que não dá é pra restringir e dificultar o que já é difícil por si só – o atendimento à população em meio a uma realidade de orçamentos insuficientes (sejamos honestos: nosso país é pobre) – quando as patologias não têm nenhum constrangimento orçamentário nem regime jurídico.

EC determina que agentes comunitários de saúde e de combate às endemias só possam ser contratados pelo Estado

de uma categoria de profissionais se tornar empregados públicos, a EC 51/06 é um des-serviço à saúde pública. Em meio a restrições orçamentárias e controles restritos de gasto com pessoal com pesadas sanções (CF, art. 169 e Lei de Responsabilidade Fiscal), a emenda justamente manda aumentar a conta de pessoal, sem entretanto abrir mão do teto da LRF (parte final do art. 2º da EC 51/06). Resultará freqüentemente em impasse: ou o Poder Público contrata suficiente pessoal para as funções em comento e pressiona (se não ultrapassar) os limites de gasto com pessoal.



Fábio Barbalho Leite é mestre em Direito Público pela PUC/SP; prof. de Direito Administrativo Econômico da Escola Superior de Advocacia – SP; prof. de Direito do Estado da Especialização em Direito Público da Faculdade de Direito de Itu-SP; sócio da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Advocacia.

A EC 51/06 é também um atraso. Primeiro, por desconsiderar todo o avanço e os resultados positivos no envolvimento do terceiro setor na prestação da saúde pública, em convênios e parcerias com o Estado. A partir da EC 51/06, fica proibido um convênio entre o município e uma ONG ou a Santa Casa para que esta faça o atendimento sanitário familiar em um bairro ou na cidade? Se lida a emenda em sua literalidade, sim. A EC 51/06 é atraso ainda por exercitar uma forma deturpada de resolver problemas que são diferentemente vividos em uma federação. Não há razão plausível para imaginar ser possível chegar a uma única solução adequada sobre o assunto para todos os entes federativos, que privam de realidades orçamentárias, sanitárias, econômicas etc. distintas. A EC 51/06 é também um atraso gerencial. Simplesmente não é de nenhuma inteligência retirar do gestor público possibilidades de solução para atendimento da saúde pública, produzindo um único modo: contratação direta de pessoal. E qualquer pessoa minimamente afeita à gestão pública sabe bem que gerir um quadro de pessoal no setor público vai bem além de custos com remuneração: há toda uma dificuldade de gestão de pessoal conhecidamente própria ao Poder Público (interferência política, cultura de baixa eficiência, condescendênciça com faltas

disciplinares, burocratismo etc.).

Por ora, a única saída para o impasse criado e a ser piorado pela EC 51/06 é interpretá-la em termos menos literais. Antes de mais nada, em respeito à proteção constitucional do ato jurídico perfeito e do direito adquirido, os contratos de terceirização, os convênios e parcerias existentes no momento da publicação da EC 51/06, se definido prazo certo, mantêm seus efeitos até ultimação desse prazo. Além

disso, considerando-se o melhor resultado possível para a boa prestação da saúde pública – principal vetor que deveria pautar as intervenções legislativas no tema –, cabe concluir: a) fica interditada a contratação de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias mediante

Emenda foi produzida com foco no interesse imediato de uma categoria de profissionais se tornar empregados públicos

cooperativas ou empresas de terceirização, mas não estão afastadas possibilidades de convênios com terceiro setor e de parcerias público-privadas no setor da saúde (mesmo porque para isso apontam os arts. 198, III, 199, caput e § 1º da CF); b) a contratação direta é obrigatória até o limite de gasto com pessoal, a partir daí está liberado o ente federativo à terceirização (solução que minimamente afasta o impasse entre responsabilidade orçamentária e atendimento sanitário à população). Isso, entretanto, é solução paliativa: o melhor mesmo seria simplesmente a revogação da EC 51/06.

♦

Saúde da família: programa ou estratégia?

Por Silvana de Rose

Há olhares para o financiamento de ações e serviços de saúde voltados à atual Política Nacional de Atenção Básica – Portaria nº 648 do Ministério da Saúde, de 28 de março de 2006 –, que estabelece a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários (PACS), publicada no Diário Oficial da União, em 29 de março de 2006.

Essa Portaria estabeleceu que, num prazo de 180 dias, Ministério da Saúde, Estados e municípios devem implementar um novo fluxo de credenciamento e implantar as Equipes de Saúde da Família (ESF), de Saúde Bucal (ESB) e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

O incremento de recursos promovido pela edição da Emenda Constitucional nº 29/2000 garante, agora, a reserva de pelo menos

15% das receitas de impostos municipais, que, aliadas às transferências do Fundo Nacional de Saúde, compõem o universo de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

O PSF, com 12 anos de implantação, tem se evidenciado pela ampliação da quantidade de equipes instaladas nos municípios. Entretanto, a extensão desses benefícios requer condições especiais aliadas à decisão política e à capacidade técnica, já que a logística de incentivos do Ministério da Saúde ainda se mostra insuficiente para alocação de recursos que proporcionem a cobertura populacional definida pelo PSF.

Nesse contexto, vislumbramos o Programa de Saúde da Família como um desafio ao intento de inversão da

pirâmide do Sistema e do necessário fortalecimento da Atenção Básica.

De modo que o PSF, se bem administrado, objetivada a Vigilância à Saúde, pode oferecer qualidade de vida à população e ser o elo entre os níveis de atenção do sistema municipal, garantindo a hierarquização da rede, uma vez que assume responsabilidades sociais junto aos indivíduos, na percepção do ser humano na sua integralidade e, ao mesmo tempo, como membro da família e célula do coletivo.

Suas intervenções exigem prática interdisciplinar, estabelecendo vínculos de compromisso e co-responsabilidade na articulação das ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação e, em especial, de humanização da atenção à saúde.

Este processo se desenvolve a partir dos compromissos sociais estabelecidos na Agenda de Saúde

Ministério da Saúde, Estados e municípios devem implementar um novo fluxo de credenciamento

Municipal. Diante da imprevisibilidade de suficiência de recursos, geralmente são definidos projetos prioritários de impacto na realidade epidemiológica local para investimento do PSF.

AGENTES COMUNITÁRIOS

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde é reconhecido como parte da Saúde da Família (PACS). Nos municípios onde há somente o PACS, este é considerado apenas programa de transição para a Saúde da Família. Os Agentes Comunitários, em relação à rede do SUS, se ainda não organizada na lógica da Saúde da Família, estão ligados a uma Unidade Básica de Saúde; quando já estruturada, estão dispostos em

Unidades Básicas de Saúde da Família como membros das equipes multiprofissionais, presentes tanto em comunidades rurais e periferias urbanas quanto em áreas urbanizadas e industrializadas.

A operacionalização dos serviços se inicia com o projeto de seleção, capacitação e educação permanente dos profissionais das equipes que compõem as Unidades Básicas de Saúde da Família. Depois, com a definição dos territórios específicos (bairros, distritos, moradias etc.) e o cadastramento das famílias realizado em parceria com as respectivas lideranças comunitárias.

Em atuação conjunta com os Agentes Comunitários de Saúde, as equipes devem diagnosticar as necessidades da comunidade, identificando-as quanto aos riscos de doença e morte a que está exposta.

Quando se trata de necessidade de atenção, é cediço que outras carências serão observadas nos diagnósticos, como educação, trabalho, meio ambiente e outros, que determinarão as já comentadas práticas interdisciplinares.

O Ministério da Saúde recomenda que seja estimulada a organização das comunidades que promova o exercício do controle social das ações e serviços de saúde; a utilização de sistemas de informação para o monitoramento e a tomada de decisões; a atuação de forma intersetorial, por meio de parcerias estabelecidas com diferentes segmentos sociais e institucionais, de forma a intervir em situações que transcendam a especificidade do setor saúde e que tenham efeitos determinantes sobre as condições de vida e saúde dos indivíduos-famílias-comunidade.

Implantar o PSF não significa criar novas Unidades de Saúde, exceto em áreas totalmente desprovidas das mesmas.

O programa comprehende substituir as práticas tradicionais de assistência, com foco nas doenças, por um novo processo de trabalho comprometido com a higiologia, a solução dos problemas de saúde, a prevenção e a promoção da qualidade de vida da população. A partir das necessidades prevalentes e situações de risco identificados é elaborado planejamento de atuação

da equipe, com condições de solucionar até 85% dos problemas de saúde da população acompanhada.

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO

A Unidade de Saúde da Família, que pode atuar com uma ou mais equipes, dependendo da concentração de famílias no território de sua jurisdição, está inserida no primeiro nível de ações e serviços do sistema local de assistência e deve assegurar a referência e a contra-referência para clínicas e serviços de maior complexidade, sempre que a higidez do indivíduo assim exigir.

Estas Unidades devem contar com equipamentos e instalações indispensáveis para garantir boa recepção à comunidade ou, em havendo a necessidade, o atendimento deve ser feito nos domicílios ou demais espaços comunitários (escolas, associações etc.), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade, garantindo-se, ainda, o acompanhamento terapêutico dos usuários.

Nos grandes centros urbanos, a Portaria-MS nº 648/06 recomenda que uma Unidade Básica com Saúde da Família adote o parâmetro de uma UBS para até 12 mil habitantes, localizada dentro do território pelo qual tem responsabilidade sanitária, garantindo os princípios da Atenção Básica.

Pesquisas demonstram que o Programa com medicina profilática contribui para diminuir a mortalidade infantil e a internação hospitalar e aumenta a quantidade de gestantes que chegam saudáveis e bem informadas ao parto.

Nas famílias assistidas, há mais pessoas vacinadas; os casos de hipertensão e diabetes são diagnosticados e acompanhados. Doenças como tuberculose e hanseníase são identificadas e tratadas com proficiência.

Muitos doentes que não chegam até as unidades de saúde ou estão sem assistência adequada são encontrados pelas equipes e até mesmo pessoas que não sabem estar doentes podem ser diagnosticadas e receber tratamento.

Os serviços são prestados por equipes multiprofis-

Em alguns municípios PACS é considerado apenas um programa de transição para o Saúde da Família

sionais, compostas, no mínimo, por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis agentes comunitários. Os esforços para extensão da cobertura concebem uma equipe ampliada para a Saúde Bucal.

Nesses casos, a Equipe de Saúde Bucal contará com as instalações de um consultório odontológico e será composta por um dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene dental, de acordo com as necessidades de desenvolvimento do conjunto de ações de sua competência.

As equipes devem responder, no máximo, por 4 mil habitantes, sendo media recomendada a de 3 mil habitantes, assegurado o cumprimento de horário integral – jornada de 40 horas semanais – de todos os profissionais nas equipes de saúde da família, de saúde bucal e de agentes comunitários de saúde, com exceção daqueles que devem dedicar ao menos 32 horas de sua carga horária para atividades na equipe de SF e até 8 horas do total de sua carga horária para atividades de residência multiprofissional e/ou de medicina de família e de comunidade, ou

trabalho em hospitais de pequeno porte, conforme regulamentação específica da Política Nacional dos Hospitais de Pequeno Porte.

Destacamos, neste mister, a inclusão na Portaria nº 648/06 da previsão de repasse de recursos aos Municípios cujos membros das ESF realizem residência médica em medicina de família e comunidade credenciada pelo CNRM.

EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO

Outra ação que merece destaque é o Projeto de Expansão e Consolidação Saúde da Família (Proesf), desenvolvido pela Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério com a finalidade de reforçar a política de recursos humanos para a implementação e o fortalecimento do modelo de Saúde da Família, em todos os municípios com PSF implantados.

Sob o aspecto da gestão do trabalho, a profissão do ACS deve ser exercida exclusivamente no âmbito do SUS e vinculada ao gestor do município onde atua.

Mesmo após o reconhecimento da profissão (LF nº 10.507, de 10/06/2002) persistem problemas decorrentes da informalidade ou terceirização do trabalho, influenciando diretamente as diretrizes operacionais do Programa.

A questão preocupante culminou com a Medida Provisória nº 297, de 09/06/2006 (DOU de 12/06/2006), que veio a regulamentar o § 5º do artigo 198 da CF, dispondo sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006.

O novo instituto jurídico revogou a LF nº 10.507/02 e estabeleceu requisitos para o exercício das atividades de ACS, cuja permanência ou admissão dependerá da realização de processo seletivo público. Os admitidos

submetem-se ao regime jurídico da CLT, salvo se, nas unidades federativas, lei local dispuser de forma diversa.

Observa-se, ainda, que são vedadas as contratações temporárias ou terceirizadas, salvo na hipótese de combate a surtos endêmicos, na forma de lei aplicável.

Compete aos órgãos municipais gestores inserir a estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços visando à organização do sistema local, com vistas aos princípios e às diretrizes propostos nos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão, entre as esferas de governo na consolidação do SUS.

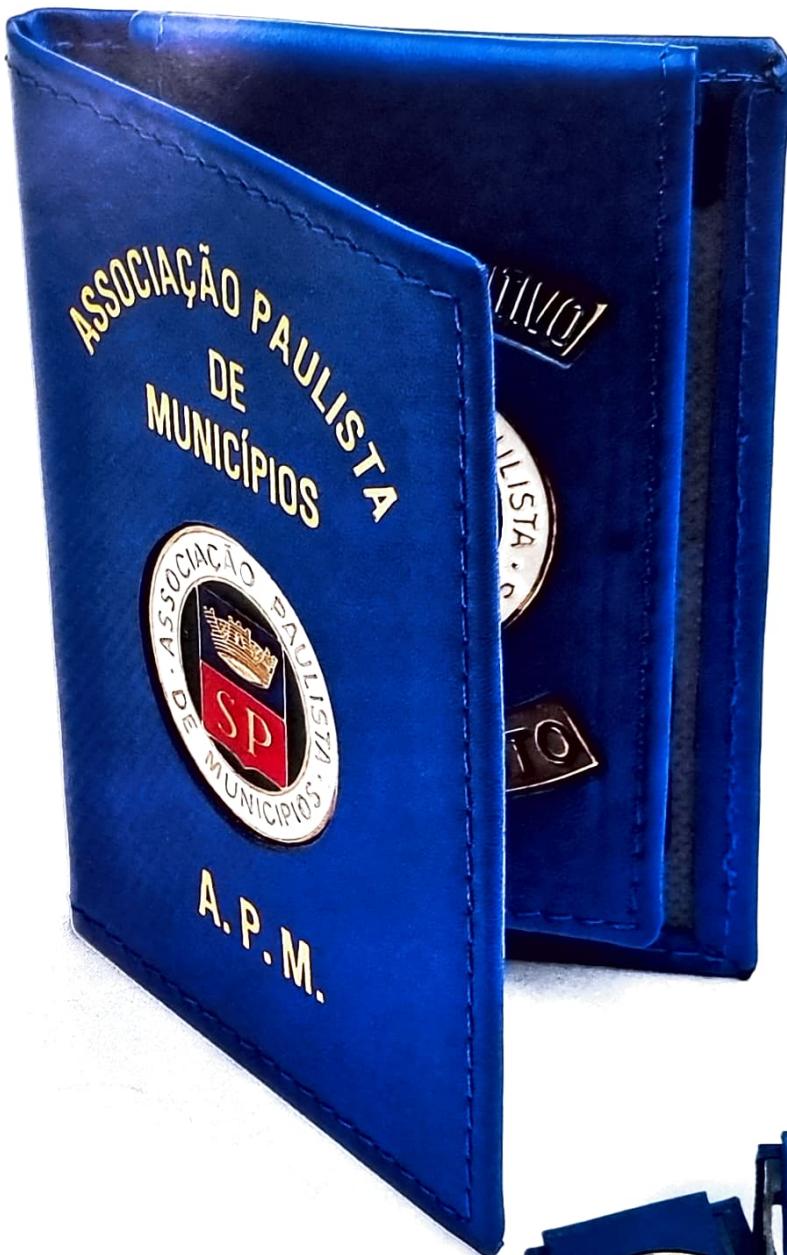
Em nosso enfoque entendemos necessária a combinação de esforços das autoridades para otimização dos recursos que financiem as ações e serviços, priorizando a Atenção Básica sem, entretanto, descuidar-se do princípio de integralidade do SUS, o que demanda alocação de recursos físicos e financeiros complementares aos demais níveis de atenção da saúde.

:::

Silvana de Rose,
advogada e administradora,
responde pela 6ª Diretoria de
Fiscalização do Tribunal de
Contas do Estado de São Paulo



Filie-se à Associação Paulista de Municípios



A Associação Paulista de Municípios tem o prazer de convidá-lo para fazer parte da nossa história e ajudar a construir um futuro melhor para todos!



Associação Paulista de Municípios
Av. São Luiz, 99 – 13º andar – Centro
CEP 01046-905 – São Paulo – SP
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br



O discurso (re)provável

Por Claudio Manesco

Tropeçar no léxico é algo comum no dia-a-dia, na chamada linguagem coloquial. Porém, inaceitável para os políticos que se pretendem lideranças comunitárias.

Segue, pois, um hipotético discurso cheio de erros imperdoáveis que não devem ser repetidos.

"Povo de Itaí (se assim o falar correrá o risco de terminar o discurso e encontrar os ouvintes na horizontal).

Eu tenho a certeza absoluta (a certeza já é absoluta) que após as eleições, quando amanhecer o dia (a noite não amanhece), teremos realizado uma criação nova (se é criação, só pode ser nova) e inaugurado uma era de realizações!

Como vereador da cidade (se é vereador, só pode ser da cidade), já eleito, haverei de exultar de alegria (ninguém exulta de tristeza) e convidarei todos a compartilhar conosco (basta usar compartilhar) a vitória de nossa coligação, que surge como prêmio extra (se é prêmio, já é extra) para uma população sofrida que viveu um período completamente vazio

(ou é vazio ou não é) nesses quatro anos de mandado (o correto é mandato, e não mandado, a não ser que seja de prisão).

Sei que a vitória é certa – a não ser que surja uma surpresa inesperada (se é surpresa, nunca é esperada) nos números exatos (quais não são?) – e poderemos comemorar a vitória e retomar outra vez, (basta retornar) à prefeitura. Aí vocês irão frequentar constantemente (a frequência já indica constância) o gabinete do prefeito e poderão colaborar com uma ajuda (quem colabora já ajuda) para que a gente possa

planejar antecipadamente (quem planeja, já o faz antes, de forma antecipada) o crescimento do município.

Eu quero ser o elo de ligação (se é elo, já é de ligação) entre vocês e o prefeito. Não mais iremos voltar atrás (alguém volta para frente?) e que nossas perspectivas futuras (existem perspectivas passadas?) sejam as melhores.

Eu me lembro que há anos atrás (essa expressão é horrível, lembra outra coisa), quando ainda éramos poucos e sofriamos preconceito intolerante (o certo seria intolerável), já tínhamos os

sintomas indicativos (o sintoma já é uma indicação) de que a situação mudaria.

Hoje podemos gritar bem alto (quem grita bem baixo?) que o povo, de sua livre escolha (escolher pressupõe liberdade), optou com absoluta correção (se é correto já é absoluto) em interromper de uma vez (quem interrompe o faz de uma vez), essa oligarquia que aqui mandava desde a década de 60."

Fosse verdade, o povo de Itaí deveria dar um jeito de consertar a grande besta ao eleger o autor do discurso.

:::



Casos havidos ou romanceados, "causos" são o objeto desta nossa coluna, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que por aqui desfilem casos e "causos" que resgatem curiosidades da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrisma@terra.com.br

O melhor lugar para um município começar o seu desenvolvimento é a sala de aula.

EDH. Tudo o que seu município precisa para oferecer um ensino de qualidade e estimular o desenvolvimento e a cidadania.

O conhecimento é a base para o desenvolvimento da cidadania e o crescimento pessoal. O Pueri Domus Escolas Associadas, por meio do programa educacional EDH – Educação & Desenvolvimento Humano, atende às necessidades da educação pública, promovendo a troca de experiências pedagógicas entre as secretarias de educação e as escolas.

Veja o que o EDH oferece:

- Material didático e pedagógico integrado para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.
- Assessoria pedagógica e formação contínua de professores.
- Portal que permite acesso ao conteúdo educacional a pais, alunos e professores.



• *Educação &
Desenvolvimento
Humano*



Pueri
Domus **ESCOLAS
ASSOCIADAS**

NOSSA CAIXA.

Mais facilidade e agilidade para a administração pública.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

- Pagamento dos Salários dos Funcionários Municipais
- Pagamento a Fornecedores
- Bolsa Eletrônica de Compras
- Cartão Compra Eletrônica
- Aplicações Financeiras
- Arrecadação e Confecção de Carnês de IPTU
- Repasse de ICMS/IPI
- Recolhimento da GRPS por Débito em Conta
- Cobrança de Multas de Trânsito
- Cobrança de Dívida Ativa

LINHAS DE CRÉDITO

- PCM – Programa Comunitário de Melhoramentos
- Convênio de Concessão de Empréstimos aos Funcionários

CONCURSOS PÚBLICOS

- Sistema de controle, cobrança e arrecadação de taxas de inscrição de concursos públicos das prefeituras e das empresas, autarquias e fundações municipais.

PROGRAMAS DE GOVERNO

- Banco do Povo Paulista
- Fundos de Desenvolvimento

SALA VIP DOS PREFEITOS

- Rua Álvares Penteado, 131 - 7º andar - Centro - São Paulo - SP
- SHCS - Quadra 504 - Bloco B - Loja 54/55 - Asa Sul - Brasília - DF
- Tel.: (11) 3111-6626

ESPAÇO CIDADE NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

- Palácio 9 de Julho - Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - Piso Andar Monumental - SP
- Tel.: (11) 3886-6053

Na Nossa Caixa,
o Programa Banco do
Funcionário Público oferece
condições diferenciadas
para atendimento dos
servidores municipais.

Nossa Caixa

www.nossacaixa.com.br